

**CODETER - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO DA BACIA DO JACUÍPE**

**II PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO - PTDSS**



Figura 1: Ricardo Sena

CODETER - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIA BACIA DO JACUÍPE

II PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO - PTDSS

ATUALIZAÇÃO

**“SÓ HÁ DESENVOLVIMENTO
QUANDO OS BENEFÍCIOS DO
CRESCIMENTO SERVEM À
AMPLIAÇÃO DAS CAPACIDADES
HUMANAS, OU SEJA, AO CONJUNTO
DE COISAS QUE AS PESSOAS PODEM
SER, OU FAZER, NA VIDA” 1**

Território Bacia do Jacuípe, 2016.

1 José Eli da Veiga, In: Desenvolvimento Territorial na Bahia: uma política articulada MDA, 2005.

CODETER - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO DA BACIA DO JACUÍPE

Plenária Territorial: espaço permanente de encontro, articulação e discussão sobre as temáticas relativas ao PTDSS. É composto pelos representantes do poder público municipal e das organizações da sociedade civil:

a) Poder Público Municipal

Serra Preta
Mairi
Ipirá
São José do Jacuípe
Gavião
Capela do Alto Alegre
Quixabeira
Baixa Grande
Riachão do Jacuípe
Várzea da Roça
Capim Grosso
Nova Fátima
Várzea do Poço
Pintadas
Pé de Serra

b) Sociedade Civil

Arco Sertão
Associação Comercial e Empresarial de Ipirá - ACEI
Associação dos Pequenos produtores Rurais de Jitirana - Várzea do Poço
Associação dos Caprinocultores de Leite - CAPRILEITE - Capela do Alto Alegre
Associação dos pequenos produtores de Jaboticaba - Quixabeira
Associação Comunitária e Cultural Itatiaia FM
Associação das Entidades para o Desenvolvimento Sustentável de Pintadas - Rede Pintadas
Associação Cultural Desabafo - Capela do Alto Alegre
Centro Comunitário de Serviços de Pintadas - CCSP
Companhia de Artes Cênicas Rheluz
Cooperativa Agropecuária de Capela do Alto Alegre - COCAL
Cooperativa Agroindustrial de Pintadas - Pintadas
Cooperativa de Crédito Rural de Pintadas - SICOOB Sertão
Cooperativa de Crédito Rural de Baixa Grande - SICOOB Grande
Cooperativa de Desenvolvimento Agropecuário Ipiranaense - COODAPI
Cooperativa de Nova Fátima - COOPERFÁTIMA
Cooperativa de Produção do Vale do Jacuípe - COOLVALE - Riachão do Jacuípe
Federação das Associações de Baixa Grande - Baixa Grande
Movimento de Organização Comunitária - MOC
Organização Cultural Mãe Douro
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Baixa Grande
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Capela do Alto Alegre

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Gavião
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Ipirá
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Mairi
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Nova Fátima
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pintadas
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Quixabeira
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Riachão do Jacuípe
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São José do Jacuípe
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Serra Preta
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Várzea do Poço
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Várzea da Roça
Site: VR14
União das Associações de Várzea da Roça - UNAVAR
União das Associações Comunitárias de Capela do Alto Alegre - UMA

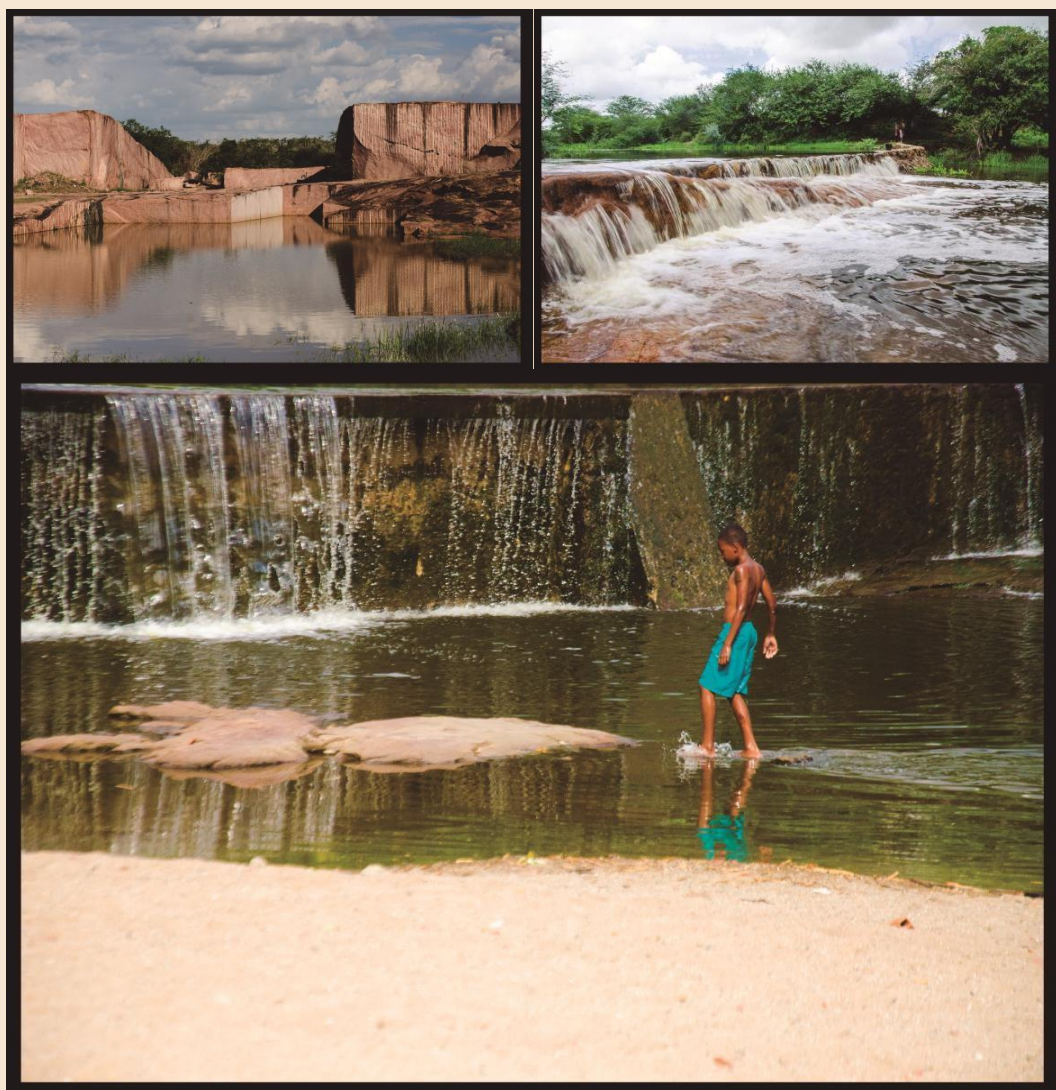


Figura 2: Ricardo Sena

Núcleo Diretivo

- Valdirene Oliveira dos Santos
- Reinaldo Carvalho de Brito
- Antonio Reis Oliveira
- Paulo Sérgio de Jesus Moreira
- Ivaneide Souza da Silva
- Elias de Oliveira Rios

Conselho

- Erivan Santos Silva
- Valdoberto Martins dos Santos
- José Phelipe G. da Silva Cordeiro
- Juarez de Oliveira Carneiro
- Raimundo Mota Santos
- Eleneide Alves Cordeiro Carneiro

Câmaras Temáticas



Articulador Territorial

- Hélio Alves

Agente de Desenvolvimento Territorial

- Verena Cruz

Colaborador

- Clodoaldo Almeida da Paixão
- Valdirene Oliveira dos Santos
- Verena maria de Oliveira Cruz

Índice

GLOSSÁRIO: Siglas e Abreviaturas	7
1. Apresentação	9
2. Capítulo I: Desenvolvimento Sustentável e Solidário, alguns referenciais fundamentais.....	11
2.1 Alguns Aspectos Históricos do TI.....	14
3. Capítulo II: Diagnóstico do Território.....	18
3.1 A Fauna e Flora	19
3.2 As áreas reformadas e ocupadas por povos e comunidades tradicionais.....	20
3.3 As redes de cidade	21
3.4 Os lugares e atrativos turísticos	22
3.5 A população	22
3.6 Indicadores Sociais e Vulnerabilidade	23
3.7 Educação	24
3.8 Saúde	26
3.9 Desenvolvimento Sustentável do território	27
4.0 Agricultura Familiar	28
4.1 Qualidade Ambiental	28
4. Capítulo III: Matriz de Objetivos, Estratégias e Metas.....	34
5. Capítulo IV: Gestão, Acompanhamento e Monitoramento do PTDSS.....	42
6. Referências Bibliográficas.....	45
7. Anexos:	46
8. Tabela de Correspondência: Temas Estratégicos do PPA-P x Objetivos do PTDSS	52

GLOSSÁRIO: Siglas e Abreviaturas

- o AGECOM - Agência de Comunicação do Governo do Estado;
- o ASCOOB - Associação das Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar;
- o CAR - Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional;
- o CDA - Centro de Desenvolvimento Agrário;
- o CAT - Projeto Conhecer, Analisar, Transformar;
- o CEPATSA - Centro de Pesquisa Tecnológica do Semiárido;
- o CMCD - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente;
- o CME - Conselho Municipal de Educação;
- o CNE - Conselho Nacional de Educação;
- o CODES - Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bacia do Jacuípe;
- o CODETER - Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável
- o CRAS - Centro Referência e Assistência Social;
- o CRASA - Centro de Referência de Ações do Semiárido;
- o CREAS - Centro Referência Especializado de Assistência Social;
- o BNB - Banco do Nordeste do Brasil;
- o DEAM - Delegacia de Atendimento à Mulher;
- o DENOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas;
- o DIREC - Diretoria Regional de Educação;
- o EAD - Educação à Distância;
- o EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário;
- o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente;
- o EFA - Escola Família Agrícola;
- o EJA - Educação de Jovens e Adultos;
- o EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;
- o FACOM - Faculdade de Comunicação;
- o FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;
- o FNE - Fundo Constitucional do Nordeste;
- o FUNCEP - Fundo de Combate à Pobreza do Estado da Bahia;
- o FUNDAC - Fundação de Apoio à Criança e ao Adolescente;
- o GT - Grupo de Trabalho;
- o IAT - Instituto Anísio Teixeira;
- o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- o IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica;
- o IES - Instituto de Ensino Público;
- o INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira;
- o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano;
- o IFET - Instituto Federal de Educação e Tecnologia;
- o IFOCS - Instituto Federal de Obras Contra as Secas;
- o INCRA - Instituto Nacional de Reforma Agrária;
- o INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social;
- o IOCS - Inspetoria de Obras contra as Secas;
- o IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada;
- o LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação;
- o MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- o MEC - Ministério da Educação;
- o MINC - Ministério da Cultura; o MMA - Ministério do Meio Ambiente;
- o MOC - Movimento de Organização Comunitária;

- o ONG – Organização Não Governamental;
- o ONU – Organização das Nações Unidas;
- o P1MC – Programa Um Milhão de Cisternas;
- o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos;
- o PBF – Programa Bolsa Família;
- o PEEJA – Programa Estadual de Educação de Jovens e Adultos;
- o PES – Programa de Economia Solidária;
- o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
- o PIB – Produto Interno Bruto;
- o PME – Plano Municipal de Educação;
- o PPP – Projeto Político Pedagógico;
- o PROCAMPO – Pró-Educação do Campo;
- o PRODIME – Programa de Apoio a Dirigentes Municipais de Educação;
- o PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar;
- o PSF – Programa de Saúde da Família;
- o RESAB – Rede de Educação do Semiárido;
- o SAEB – Secretaria de Administração do Estado da Bahia;
- o SAF – Secretaria de Agricultura Familiar;
- o SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial;
- o SEAGRI – Secretaria da Agricultura;
- o SEBRAE – Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa;
- o SEC – Secretaria de Educação;
- o SECTI – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- o SECULT – Secretaria de Cultura;
- o SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social;
- o SEDIR – Secretaria de Desenvolvimento Regional;
- o SEDUR – Secretaria de Desenvolvimento Urbano;
- o SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural;
- o SEPLAN – Secretaria de Planejamento;
- o SEPROMI – Secretaria de Promoção da Igualdade;
- o SESAB – Secretaria de Saúde do Estado da Bahia;
- o SETRE – Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda;
- o STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais;
- o SIBRATER – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural;
- o SICM – Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração;
- o SME – Sistema Municipal de Educação;
- o SUAF – Superintendência da Agricultura Familiar;
- o SUPAV – Superintendência de Avaliação;
- o SUS – Sistema Único de Saúde;
- o TI – Território de Identidade;
- o UAB – Universidade Aberta do Estado da Bahia;
- o UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana;
- o UFBA – Universidade Federal da Bahia;
- o UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano;
- o UNCME – União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação;
- o UNEB – Universidade do Estado da Bahia;
- o UNIPOP – Universidade Popular do Estado da Bahia.



Figura 3: Ricardo Sena

Apresentação

A Política Territorial, como estratégia política governamental de desenvolvimento regional surgiu em 2003 e foi implantada pelo governo Lula, tendo à frente o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT).

A princípio denominada como territórios rurais e pouco tempo depois modificada na sua concepção para territórios de cidadania numa tentativa de ampliação e integração das políticas setoriais. Algum tempo depois uma nova (e última) denominação – territórios de identidades – buscando representar o conjunto dos aspectos socioeconômico e ambiental das diversas microrregiões. Embora mantendo os princípios e diretrizes fundamentais, cada mudança expressou, no entanto, uma visão mais avançada bem como a amplificação da finalidade político-institucional.

Teve papel importante na revisão da política nacional de desenvolvimento territorial as duas conferências nacionais. A I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), realizada em 2008, em Olinda-PE e cinco anos depois, em 2013, a II Conferência Nacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Solidário (CNDTSS), ocorrida em Brasília-DF.

O Território de Identidade Bacia do Jacuípe embora tenha sido criado em 2004, apenas seis anos depois, em 2010, conseguiu construir o seu Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS). E mais recentemente também ampliou a sua representação municipal de 14 para 15 municípios com a participação de Capim Grosso. Mantendo-se, entretanto, as principais características, com a maior parte da população do Território de Identidade - TI, 55%, vivendo ainda no campo e tendo na

agropecuária atividade econômica predominante. Razão pela qual o PTDS teve como foco a real demanda microrregional, traçando ações direcionadas ao fortalecimento das atividades produtivas.

Embora construído com um pouco de atraso, o PTDS contribuiu bastante para o surgimento de uma consciência de desenvolvimento sustentável, mobilizando e articulando os principais atores políticos microrregional, representando o poder público e a sociedade civil. O diagnóstico do real perfil das condições econômicas e socioambiental dos municípios e do TI como um todo tornou o plano um instrumento político estratégico de indicação de políticas públicas setoriais, fundamentando, a partir de então, as políticas, programas e projetos municipais.

Mais uma vez, seis anos depois, o TI Bacia do Jacuípe é novamente instado a revisar o seu PTDS, empreendendo um novo processo de mobilização político-institucional e também social. Para tanto, dois desafios complementares: 1) fazer uma reflexão crítica sobre as propostas constantes do Plano, com destaque para os seus limites e atualidade; 2) debater criticamente as reais demandas setoriais, tendo como referência, quatro grandes eixos temáticos, numa perspectiva de atualização.

A construção participativa deste II Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PTDSS) teve por base o conjunto das orientações constantes do Guia para a Construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PTDRSS. Nesse sentido, cabe salientar que essa nova proposta atualizada foi amplamente debatida em reuniões, oficinas, seminários e fórum, composto sempre das representações do poder público e da sociedade civil.

O Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável – CODETER teve papel fundamental no processo de discussão temática, mas também na definição da estratégia metodológica de trabalho, de articulação e mobilização social, na busca de parceria institucional para realização das diversas atividades. Outra contribuição muito importante foi durante a coordenação das plenárias para apresentação e debate das propostas sistematizadas pela equipe técnica.

O II PTDSS, embora amplamente referenciado no I PTDS elaborado em 2010, incorporou fortemente, no conjunto das suas novas propostas de resolução, a dimensão solidária assaz importante para a II CNDRSS. Mas, sobretudo levou em consideração o diagnóstico passado, quando da discussão voltada à atualização da segunda versão, tendo em vista um olhar contemporâneo da realidade econômica e socioambiental.

Embora constatando a predominância de quase todas as demandas setoriais, foi possível, no entanto, apontar seis anos depois, propostas de resolução mais reais, com a indicação das ações concebidas com mais governabilidade. Mas também com nova estratégia de gestão que certamente torna essa versão atualizada um instrumento efetivo de mudança territorial. Mesmo assim permaneceu também a consciência da sua possível flexibilidade determinada pela dinâmica da realidade. Apesar do II PTDSS ser um instrumento balizador e norteador do processo de trabalho, nunca deve ser compreendido como uma peça fixa e imutável.

Esta versão atualizada do II PTDSS está estruturada em quatro partes fundamentais, mas inter-relacionadas: uma, a primeira, discutindo algumas referências fundamentais de desenvolvimento sustentável e solidário; a segunda, apresentando um amplo diagnóstico territorial, com destaque para os aspectos histórico, agroambiental e socioeconômico; na terceira parte, faz-se uma apresentação detalhada e no formato de

planejamento lógico, das principais prioridades setoriais relacionadas aos quatro eixos macro temáticos, contendo os objetivos, as estratégias e as metas para serem executadas; e por fim, a quarta parte, com uma descrição minudente do plano de gestão, acompanhamento e monitoramento do conjunto das ações previstas.

A nova versão atualizada, ainda, reafirma todos os objetivos constantes do Plano anterior pela sua atualidade:

- a) Sensibilizar os agentes públicos e a sociedade civil para um processo participativo, crítico e comprometido com o desenvolvimento sustentável territorial;
- b) Fomentar a articulação e a formação de redes dos vários segmentos envolvidos, fortalecendo e consolidando o capital político do Território;
- c) Construir arranjos institucionais capazes de viabilizar o conjunto das ações previstas para todos os programas;
- d) Possibilitar a coordenação e encaminhamento dos processos de negociação internamente, ao nível dos municípios, e externamente, junto às instâncias estadual e federal;
- e) Assegurar, com a participação ativa de todos os setores, o acompanhamento, o controle social, monitoramento e avaliação, introduzindo as adaptações pertinentes, na implementação do PTDS.

Embora tenha havido mudança na composição dos espaços institucionais plurais resultantes do último processo eleitoral, com novos representantes tanto do poder público como da sociedade civil, o processo social e institucional terá continuidade, contando ainda com a atualização na leitura das reais demandas complementares às anteriores apontadas pelo IPTDRS, mas também com a construção atual das novas propostas de resolução agora constantes no II PTDS. Trata-se apenas do processo natural de renovação político-institucional necessário a todo processo coletivo de construção.

O novo plano amplifica as perspectivas das reformas estruturais e não, com novas demandas e problemas identificadas para serem inseridas nas agendas governamentais das três esferas. Demandas estratégicas foram mapeadas e as reais saídas apontadas de forma clara e objetiva para serem operacionalizadas. Sendo, a partir de então, a tarefa fundamental buscar assegurar implementação do conjunto das ações e metas aqui previstas.

Capítulo 01: Desenvolvimento Sustentável e Solidário, algumas referências fundamentais.

O debate sobre desenvolvimento sustentável expressa um processo de reflexão crítica aos diversos momentos de compreensão e definição analítica acerca da temática do desenvolvimento.

São dois os marcos históricos: a crise econômica mundial de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, quase duas décadas depois. O primeiro revelou os desafios macroeconômicos do sistema capitalista, mas também apontou as primeiras diretrizes de política econômica a serem comandadas pelos Estados nacionais. O segundo marco, pelo contrário, suscitou as bases para um possível revigoramento do modo de produção

capitalista, tendo como foco estratégico o investimento na modernidade científico-tecnológica voltada ao processo produtivo.

Ao paradigma econômico capitalista interessa fundamentalmente acumular capital, pouco importando os meios e os fins. Razão pela qual considera que “a modernidade técnica faz dos meios fim em si, apoiando-se sobre critérios estritamente operacionais de causalidade eficiente e produtividade. Em contraposição, a modernidade ética tem como referência patrimonial o conhecimento explícito de valores e finalidades extrínsecas aos critérios estritamente operacionais (Agenda 21, p.15)”

Foi, portanto, nesse contexto que a ONU como organização política internacional definiu o Produto Interno Bruto (PIB) como indicador macroeconômico para análise do nível de desenvolvimento dos países. Esse foi o parâmetro estabelecido para avaliação do nível de desenvolvimento socioeconômico nacional. Sendo assim, calculava-se a chamada *renda per capita* da população, ou seja, o total das riquezas produzidas no país dividido pelo conjunto da sociedade.

Mas esse instrumento de análise do desenvolvimento mais tarde, objeto de crítica, revelara-se inadequado à avaliação socioeconômica, porque bastante eficaz em não mostrar o processo de concentração de renda e omitir as reais desigualdades sociais, regionais e microrregionais. Mais que isso. Efetivamente esse indicador contribuiu para não revelação dos índices de pobreza, entre outras. Apenas dois exemplos constantes do PTDS anterior, sendo um macro e um microrregional.

“O Brasil, no final do século passado, chegou a ser considerado a nona economia do mundo, pelo tamanho do seu PIB, escondendo a dura realidade de quase 30% dos brasileiros que sequer podiam alimentar-se diariamente. Outro exemplo cruel é do próprio Estado da Bahia: considerado a sexta economia entre as 27 Unidades da Federação, mas ainda hospeda os piores indicadores de educação e de pobreza (PTDS,2010: 18)”.

Trata-se de paradigma analítico que considera exclusivamente os indicadores econômicos com foco no PIB para o estabelecimento dos rankings, da classificação como Nação mais ou menos desenvolvida. Isso explica a realidade paradoxal brasileira: excelente colocação frente aos rankings econômicos, mas bastante distante em relação aos indicadores sociais.

Existem duas importantes críticas ao PIB como ferramenta de mensuração do desenvolvimento. A primeira diz que o indicador econômico não é - como pareceu ser por muito tempo, um dado neutro, um dado meramente técnico. Já a segunda apontou o limite para o processo efetivo de mensuração do nível de desenvolvimento nacional, porque revelador exclusivo da realidade econômica e silente em relação à realidade social.

Só ao final da década de 60 do século XX, iniciado pelos intelectuais e técnicos das Organizações Não Governamentais (ONG), um novo parâmetro analítico começou a surgir, e vindo a consolidar-se apenas uma década depois, mais precisamente em 1972, na Conferência de Estocolmo.

Nascia então a noção de ecodesenvolvimento como conceito estratégico e revelador dos níveis de degradação ambiental presente nas várias Nações consideradas desenvolvidas e subdesenvolvidas. Apontando dois principais problemas. Os limites dos recursos naturais do planeta frente ao paradigma produtivo de exploração

ilimitada, mas também chamando atenção para o alto nível de poluição ambiental e atmosférica com os seus reais efeitos sociais. Os estudos do desenvolvimento nacional e internacional, a partir de então, tinham que agregar pelos menos mais dois aspectos às suas análises: a dimensão social e ambiental em sentido amplo.

Foi nesse novo contexto, cujo olhar analítico apontou a insuficiência do PIB como indicador fundamental de avaliação do desenvolvimento nacional e que, mais uma vez, a ONU adotaria outra referência de mensuração: desta forma instituiu o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Nele educação, saúde e longevidade humana passaram a ser igualmente importantes. Não bastava a geração de grande riqueza para o país ser considerado mais desenvolvido. Os novos índices positivos compostos do IDH ganharam relevância significativa para determinar os reais rankings de desenvolvimento não somente nacional, mas também regional e microrregional.

Embora os dois novos conceitos, resultados do trabalho de reflexão crítica, provocassem uma mudança de qualidade no modo de compreender e pensar o processo de desenvolvimento da realidade nacional, não era o suficiente frente aos desafios colocados para humanidade. Isso porque as transformações pretendidas permaneceram sob responsabilidade de instituições governamentais e não governamentais.

Essa observação é importante porque indica avanços na consciência social ao longo dos tempos, mas, ainda insuficiente, vez que a sociedade de forma individual e coletiva ficava passiva diante desse processo. Esse é o novo desafio para um processo de desenvolvimento regional sustentável e solidário.

Há ainda a necessidade que a riqueza socialmente produzida na economia capitalista regional também gere um desenvolvimento socioambiental, com melhoria na qualidade de vida social e na relação mais consciente entre o ser humano e o meio ambiente. Para tanto, faz-se necessário também que as conquistas científica e tecnológica estejam voltadas para as reais demandas socioambientais.

A noção mais recente e contemporânea de desenvolvimento sustentável e solidário operou a última mudança fundamental, porque exigiu um olhar reflexivo mais ampliado – holístico em sentido amplo, porque voltado à integração crítica do homem à natureza nas suas múltiplas dimensões e à sociedade em toda sua complexidade.

No contexto do debate sobre as possibilidades de desenvolvimento no Território de Identidade (TI), isso implica numa tomada de consciência individual, coletiva e institucional (governamental e não governamental) sobre a compreensão da sustentabilidade e, portanto, do desenvolvimento sustentável e solidário, inserida num conceito mais amplo que envolve elementos endógenos e exógenos de uma comunidade, território ou nação, descritos no PTDS anterior (2010) como:

- A compreensão da noção de aldeia global, ou seja, as práticas individuais ou coletivas, as políticas públicas de um município, território, estado ou país, inserem-se numa única biosfera que pertence a toda humanidade;

- A noção de produção e consumo responsáveis, não extraindo da natureza aquilo que ultrapassa sua capacidade e não consumindo além do necessário, o que gera excedentes poluentes na produção e nas sobras residuais;

- As questões relacionadas à cultura, à educação e à ética como elementos formadores da compreensão de sustentabilidade;

- A produção e a distribuição de riquezas, o que incorpora também questões de cidadania, direitos civis e equidade;

- Inclusão social;

- Condições decentes de trabalho.

Por fim, se nos apresenta como fundamental reafirmar, mais uma vez, nesta versão revisada do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PTDSS) não somente a concepção, mas, sobretudo, as quatro diretrizes estratégicas, denominadas no Guia para a Construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário PTDSS (2016, p.13) de dimensões e consideradas fundamentais à compreensão de desenvolvimento no âmbito do TI:

Dimensão Socioeconômica - Busca a organização social e econômica dos territórios segundo suas potencialidades, capazes de se tornarem dinamizadoras do desenvolvimento e geradoras das competências sistêmicas para a sustentabilidade. Caracteriza-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes, a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e o desenvolvimento constante da produtividade e da intersectorialidade socioproductiva.

Dimensão sociocultural e educacional - Procura identificar e resgatar a história da formação dos territórios e as características sociodemográficas da diversidade sociocultural, bem como as suas relações com os direitos à educação, saúde e o fortalecimento da identidade cultural, visando à construção da sustentabilidade democrática do desenvolvimento dos territórios. Quanto à educação, deve ser vista como mecanismo sistêmico de reprodução social e cultural dos novos valores, comportamentos imaginários e simbólicos da sustentabilidade dos territórios.

Dimensão ambiental - Consiste na valorização e avaliação da situação das questões e dos componentes do meio ambiente dos territórios e seu bioma, assim como a identificação dos passivos ambientais em busca da sustentabilidade.

Dimensão Político - Institucional - Consiste na análise das estruturas de poder e das representações sociais nos espaços políticos dos territórios para compreender as relações entre políticas públicas, os projetos políticos que as representam, as institucionalidades a elas vinculadas e a governabilidade sócio territorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública ampliada, democrática e com protagonismo dos atores locais.

Noutras palavras, o efetivo processo de desenvolvimento sustentável e solidário supõe sem sombra de dúvidas a articulação das políticas públicas setoriais (sociais, culturais, desportivas, ambientais) com as produtivas, econômica.

Alguns Aspectos Históricos do TI

A Bahia, onde se localiza o TI da Bacia de Jacuípe, ocupa o 4º lugar em população dentre as 27 unidades federativas do país, o 5º em extensão territorial (564.692 km²) e o

PIB ocupa o 8º lugar no ranking nacional (IBGE, 2011). Mas uma análise minudente revela, por outro lado, um modelo de concentração dos investimentos em torno da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Essa microrregião metropolitana responde, por exemplo, por 53% do PIB estadual.

Essa concentração regional de investimento resultou inevitavelmente num processo de desigualdade regional no interior do estado, resultando na acentuação de alguns indicadores sociais, cujos índices falam por si sós: 43,47% dos cerca de 14,1 milhões de habitantes são considerados pobres e 40,41% situam-se nos níveis inferiores da pobreza. E na região semiárida a realidade social é ainda mais grave, porque para os habitantes da zona rural, o índice de pobreza atinge 52% da população. Isso sem falar no fenômeno da sub concentração nos polos industriais (Feira de Santana, Ilhéus, Juazeiro, Barreiras) que historicamente concentram também outra parcela importante dos investimentos (PTDS, 2010, p.31).

Dois importantes estudos contribuem bastante para explicitação do problema do subdesenvolvimento regional, sobretudo do seu impacto negativo junto aos municípios da região semiárida. Indicamos, nesse sentido, apenas dois exemplos. Primeiro com Campelo para quem no período de 2000 a 2005 os investimentos nos municípios da região semiárida baiana caíram em 21,2% (Campello et al. 2008: 251). Trata-se de percentual médio de queda da ordem de mais de 4% ao ano.

Para o segundo exemplo, dados sobre a primeira década de 80 do século passado. E de acordo com Sampaio, em 1985 a região semiárida possuía 55% das indústrias do Estado e empregava 32% da força de trabalho. Mas paradoxalmente a sua representação no PIB estadual era ínfima, indicando tratar-se de pequenas indústrias com baixo fator de investimento e baixos níveis de produtividade (Sampaio, 2008, p. 217).

A região semiárida também é tributária da ausência de uma política estadual de comunicação que favorecesse o processo de integração microrregional e inter-regional. Sendo esse mais um dos problemas estruturais do Estado da Bahia, porque implicando em obstáculos efetivos ao desenvolvimento, sobretudo o desenvolvimento territorial. Essa realidade logística impõe efetivas dificuldades à integração microrregional e favorece ao isolamento dos municípios no âmbito territorial. Isso em termos de mobilidade social e de escoamento das atividades produtivas.

Mas há outras demandas atualmente consideradas fundamentais às duas dimensões. Até o ano de 2008 havia um total de 209 municípios do estado sem acesso aos sinais de telefonia móvel, limitando a integração territorial, a dinâmica na vida das pessoas e a ampliação nos investimentos no setor produtivo. O mesmo ocorrendo em relação às tecnologias da informação e comunicação (TIC), cujo impacto socioeconômico impede ou mesmo limita atividades vitais como ensino e pesquisa, e empreendimentos econômicos. Sabe-se, por exemplo, que apenas 20% dos municípios do estado possuíam estrutura de banda larga de qualidade.

Outro importante aspecto que compõe o histórico do semiárido baiano e do Território Bacia do Jacuípe em particular diz respeito à escassez de recursos hídricos, porque limitando e quase inviabilizando o desenvolvimento das diversas atividades econômicas predominantemente agrícolas.

As razões para tal adversidade, no entanto, são várias: a) a aridez do clima se acentua em direção ao interior da região; b) os índices pluviométricos são baixos e irregulares, registrando-se variações entre 600 mm e 800 mm; c) o substrato geológico cristalino

ocupa uma vasta área (90% do semiárido) tornando-se responsável pelo teor de sais que são dissolvidos pelas águas de origem pluvial e incorporados aos aquíferos subterrâneos; d) a elevada evaporação da água de superfície motivada pelas altas temperaturas existentes. Esses fatores determinam que as águas tornam-se salobras, de sabor desagradável ao paladar padrão, embora, ainda de consumo obrigatório para boa parte da população que ainda não dispõe de água potável de forma permanente. Muito pior: Periodicamente a população da região é submetida a longos períodos de estiagem prolongada.

Apesar das adversidades naturais apontadas, a região também contempla uma vegetação diversificada e relativamente adaptada, porque rica em plantas com morfofisiológica capazes de resistirem a longos períodos de seca. Mesmo assim, a agricultura ocupa lugar de destaque no conjunto das atividades produtivas, com dominância das culturas de subsistência: mandioca, feijão, milho. Muito embora cultivadas em sistema de sequeiro, dependendo de forma natural das épocas de chuva. Mas também tem as culturas permanentes como o caju, a pinha, o umbu, todas de origem nativa.

Há, ainda, a existência de outras atividades produtivas – o sisal, a mamona, a palma e o sorgo - que noutros momentos algumas delas (sisal e mamona) tiveram papéis relevantes na economia regional e na geração de emprego e renda, embora atualmente em evidente decadência e com forte ameaça de extinção. Outro destaque para algumas culturas leguminosas (algaroba e leucena) bastante úteis à alimentação animal, mas também aquelas (sazonais) favorecidas pelas condições edafoclimáticas e voltadas ao consumo humano: banana, melancia, manga e hortaliças, para ficarmos apenas nesses exemplos.

No caso do Território Bacia do Jacuípe a pecuária também ocupa lugar de destaque, com a bovinocultura sendo a atividade produtiva predominante juntamente com ovino-caprinocultura, mas em menor escala, embora quase adaptada às reais condições naturais. O mesmo não ocorrendo com a atividade agropecuária da bovinocultura, porque demanda mais suprimento de água e alimentação. Lembrando ainda, ser a região uma das maiores produtoras de leite, mas ainda carecendo de práticas alternativas de beneficiamento e comercialização.

O último PTDS também apontou outro aspecto importante, porque assaz ilustrativo da responsabilidade humana quanto ao aspecto da sustentabilidade socioambiental. Tratamos aqui, efetivamente, do papel do produtor sertanejo, que além de não desenvolver ações voltadas à preservação ambiental, pelo contrário, recorrentemente adota práticas contrárias à sua proteção. Vejamos:

“Todavia, ao lado da carência de água e da peculiaridade da flora, existe uma *fauna* associada igualmente atrativa vivendo em uma relação estreita com ela. A interferência humana é muito forte nesse ambiente seja através da formação de pastagens, de projetos de irrigação (muitas vezes inadequados à preservação ambiental), da utilização predatória da vegetação nativa para produção de energia ou para extração de alimentos ou artefatos. Além disso, *convive-se com o grave problema das queimadas* que têm levado a um permanente processo de devastação, eliminando espécies que poderiam se tornar produtos valiosos para a população local. Daí ocorre como em outros subsistemas, consequências graves devido ao manejo inadequado da vegetação, de maneira que a ausência de determinada espécie de planta pode levar inevitavelmente à extinção de uma espécie animal e vice-versa, com danos irreversíveis ao ecossistema (PTDS, 2010: 21)”.

Também merece destaque a representação historiográfica da identidade social do povo sertanejo que vive na região semiárida como completamente adaptado, com perfil psicossocial constitutivo pela mesma realidade socioambiental totalmente adversa, inóspita à vida social. Nesse sentido, sendo um povo portador de duas características consideradas fundamentais à sua sobrevivência até os dias atuais. Primeiramente o que poderia ser chamado psicologicamente como resiliência social, isto é, a existência de uma cultura de resignação do sertanejo no contexto de completa adversidade, o que o fez desenvolver ao que tudo indica, o segundo aspecto, quais sejam as estratégias criativas de sobrevivência, principalmente nos períodos de secas mais severas, porque oportunidades ímpares para o fortalecimento dos elementos de crença religiosa, mas também, em muitos casos, para “negociação” com as forças transcendentais responsáveis pelo pleno controle da natureza, em particular das chuvas.

O conjunto das desigualdades econômicas e socioculturais historicamente presentes na região semiárida logo deixaria de ser vista como sendo uma atribuição exclusiva dos fenômenos da natureza. Numa representação analítica crítica, denominou-se tal realidade social de “indústria da seca”. Embora existisse o aspecto natural, tratava-se de tipificar o chamado fenômeno social: a região foi sempre preterida das políticas públicas infraestruturais, voltadas para a convivência no e com o semiárido. Embora precocemente conhecido o problema da seca, levou-se muito tempo para merecer políticas públicas setoriais de Estado. Fato histórico muito bem apontado pelo PTDS anterior:

“A literatura registrou o primeiro período de seca no Nordeste ainda no final do século XVI; mas com relativa regularidade ao longo dos séculos, até os nossos dias, nos faz acreditar que a seca é um fenômeno anterior à colonização portuguesa. Na medida em que a população foi crescendo os problemas foram se agravando, especialmente pela interferência predatória: as reservas florestais foram reduzidas e até eliminadas; as reservas de água se tornaram insuficientes; a caça foi ficando cada vez mais escassa. Assim, os efeitos das secas foram, também, se tornando mais crônicos e devastadores. No século XX, por exemplo, alguns períodos de seca foram mais significativos: 1931/33 (conhecida como a “Seca de 32”), 1955-58, 1979-83, 1986-88, 1992-94 e o último registrado entre 1997-2000. A literatura registra que no século passado, somando-se todos os períodos de estiagem, ocorreram mais anos secos do que nos três últimos séculos anteriores (XVII, XVIII e XIX) e é provável que as intervenções do homem sobre o meio ambiente sejam a principal causa disso (PTDS, 2010:36)”

Às recorrentes demandas estruturais, o Estado, sempre respondeu com as políticas setoriais assistencialistas e compensatórias e invariavelmente sob o controle das forças políticas locais e dominantes (Sampaio, 2008: 193). Foi no período republicano brasileiro que algumas medidas começaram a ser tomadas pelo Estado nacional e surgiram as primeiras instituições como respostas à problemática do semiárido.

Assim, em 1909 nascia a Inspetoria de Obra Contra as Secas que, pouco tempo depois, em 1919, passou a ser chamada de Inspetoria Federal de Obra Contra as Secas (IFOCS). E decorridos exatos 26 anos, ainda no início do pós II Guerra Mundial, no ano de 1945, fora transformado no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DENOCS). E não parou por aí. No ano de 1952 foi criado pela Lei 1.649/52 o Banco do Nordeste do Brasil – BNB. Mais tarde, sete anos depois, também nascia a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada pela Lei 3.962/59 e tempos depois - alvo de duas visões antagônicas de desenvolvimento - fora extinta pela Medida

Provisória 2.145/02 (governo Fernando Henrique Cardoso) e cinco anos depois recriada pelo Decreto Lei 6.198/07 (governo de Luís Inácio Lula da Silva).

Mas foi somente em 1989, com a Lei 7.827/89, que regulamentou o Art.59 da Norma Cidadã, que foi efetivamente implantado o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e que pela primeira vez a região semiárida tornara-se também uma referência das políticas de aplicação de recursos públicos federal. Apenas mais duas indicações importantes, porque diretamente relacionadas às visões de desenvolvimento. A criação pelo então presidente Juscelino Kubistchek, em 1959, do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado pelo economista Celso Furtado (que originou a SUDENE) e, em 2003, a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, sob a coordenação da também economista Tania Bacelar de Araújo, pela iniciativa do então presidente recém-eleito Luís Inácio Lula da Silva (Cf. Carvalho, 2001).

Foi nesse contexto de políticas setoriais voltadas para o semiárido que surgiu a política territorial com concepção absolutamente inovadora, porque focando a mobilização dos diversos atores político-sociais locais (governamentais e não governamentais) para debater as diversas demandas da microrregião. Originalmente criada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2003, os atuais Territórios de Identidade (TI) foram primeiramente denominados de Territórios Rurais e, pouco tempo depois, redefinidos pelo Governo Lula, como Territórios de Cidadania. De fato uma ressignificação não apenas de nome, mas de concepção político-institucional muito mais amplificada que anterior.

E com a emergência do governo Jaques Wagner (2006) a política territorial voltaria a sofrer nova mudança. Abraçada pelo governo estadual da Bahia como diretriz política estratégica para traçar políticas de desenvolvimento econômico e socioambiental, as microrregiões passaram a se chamar Territórios de Identidade tendo como principal órgão gestor a Secretaria do Planejamento - SEPLAN.

Mas historicamente o atual Território de Identidade da Bacia do Jacuípe teve início no ano de 2004, quando a partir de então foi criado o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bacia do Jacuípe-CODES, inicialmente composto por 7 municípios. No entanto, o PTDS do Território Bacia do Jacuípe como instrumento orientador das ações estratégicas a serem implantadas pelos municípios só foi devidamente elaborado em 2010 e contou com ampla participação dos segmentos representativos do poder público e da sociedade civil. E, desde então, tem sido o documento base para substituir o processo de dialogo participativo na perspectiva de implantação de políticas publicas setoriais voltadas às reais demandas municipais e territorial no âmbito do Consorcio Público de Desenvolvimento Sustentável do território de Identidade Bacia do Jacuípe.

Capítulo II: Diagnóstico do Território

O Território de Identidade Bacia do Jacuípe, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 10.718,0 km², equivalente a 2,9% do território do estado e engloba os Municípios de Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Capim Grosso, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça e Várzea do Poço.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Subúmido a Semiárido e Semiárido com precipitações médias anuais variando de 600 mm a 1.000 mm e 400mm a 700 mm, respectivamente. Os Planos solos Háplicos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 68% dos solos existentes na região, seguido de Argissolos Vermelho-Amarelos Eutrófico e Latossolos Vermelho-Amarelos Distrófico Alumínico, que juntos, representam 24% de solos presentes no território. Destaca-se no TI Bacia do Jacuípe a presença de três unidades geomorfológicas: Patamares do Médio Rio Paraguaçu, Pediplano Sertanejo e Tabuleiros Interioranos.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR (UFBA), do ano de 2011, as associações e comunidades pesqueiras estão distribuídas nos Municípios de Riachão do Jacuípe e Várzea da Roça, onde existem duas comunidades pesqueiras artesanais. No que diz respeito a comunidades remanescentes quilombolas, segundo dados do Projeto GeografAR e CDA de 2012, identificou-se a existência da comunidade Alto do Capim, localizada em Quixabeira. Não constam, segundo dados do Bahia Arqueológica, registros de sítios arqueológicos neste território. O CECAV também não apresenta registros de cavernas no território.

O TI da Bacia do Jacuípe possui como principais arranjos produtivos rurais a caprinocultura/ovinocultura e o cultivo de mamona. A caprinocultura/ovinocultura é bastante primitiva nessa região. O arranjo é executado de forma extensiva e constitui uma atividade predominantemente familiar, dividindo-se com outras atividades, constituindo, portanto, como uma atividade de fundo de quintal. O patamar tecnológico observado está direcionado para a produção de carne e produção leiteira, com o manejo do solo baseado em técnicas de baixo nível tecnológico. O cultivo de mamona é bastante promissor no território, sendo uma alternativa de geração de renda e emprego. Este arranjo não constitui uma atividade especializada, observando-se a ausência de variedades mais produtivas e insumos modernos. O manejo do solo é realizado com técnicas de baixo nível tecnológico, sendo classificado como nível A.

A flora e fauna

A caatinga, segundo o ZEE Bahia, constitui o bioma predominante do TI Bacia do Jacuípe, cuja vegetação nativa ainda esconde a pouco conhecida biodiversidade que enriquece a sociedade a cada dia com a descoberta de novas espécies de plantas e animais. Estima-se que há entre 2.000 e 3.000 espécies vegetais no bioma caatinga, porém apenas 1.000 delas são conhecidas. Com solos relativamente rasos, as plantas arbustivas e arbóreas ficam vulneráveis às estiagens, entretanto, têm a capacidade, e como defesa natural, de perder todas suas folhagens na ausência das chuvas para reduzir os riscos de desidratação, expressando uma paisagem de tristeza e de morte aparente (fenômeno conhecido como *caducifolia*), ressurgindo com exuberância nas primeiras chuvas que caem; grande parte da fauna – as espécies conhecidas são: 17 de anfíbios, 44 de répteis, 695 de aves, 120 de mamíferos – também desaparece. As primeiras chuvas que chegam, mesmo de baixa intensidade, são suficientes para resgatar a vida no sertão.

Há, entretanto, algumas espécies vegetais que conseguem armazenar e utilizar a água de forma racionada, mantendo suas folhagens mesmo em longos períodos de seca: o juazeiro, o umbuzeiro, a cajazeira, o faveleiro, a baraúna, o icó, o angico, etc. além de cactos que resistem aos períodos mais árduos: o mandacaru, o xique-xique, a palma, o cabeça-de-frade, e de palmeiras como o licurizeiro, a *areobeira* e o ariri. Essas plantas, além de constituir uma simbologia cultural para o sertanejo, são fundamentais para a sobrevivência de espécies animais, tanto aqueles pertencentes à fauna catingueira, quanto os bovinos, caprinos e ovinos criados pelos agricultores. O licurizeiro, a *areobeira*, o piri, o araticum, o umbuzeiro e a cajazeira exercem papel especial porque, além da sua importância para os animais, são fundamentais para a alimentação do sertanejo nos períodos de crise, como bem ensinou o médico e cientista pernambucano Josué de Castro.

A substituição pura e simples da vegetação nativa por pastagens, desde o período da ocupação colonial e que continua nos dias de hoje, sem qualquer mecanismo controle sustentável, causou e ainda causa muitos danos ao meio ambiente que parecem irreversíveis: o rompimento do equilíbrio homem-natureza, aumento da aridez do clima, perda de qualidade dos solos etc. Além da possibilidade de fornecimento de complemento alimentar para as pessoas e para os criatórios, a vegetação protegia muitas espécies animais que também ajudavam na alimentação humana através da caça (a pomba de arribação, o veado catingueiro, a capivara, o tatu, o teiú e muitas dessas espécies já são “passado”). O desequilíbrio entre as pessoas e a natureza gerou muitos efeitos, entre eles a extinção de muitas espécies que exerciam papel imprescindível na agropecuária. Para combater carrapatos nos animais, formigas, lagartas e outros insetos nas plantações, os agricultores contavam com a ajuda dos predadores naturais (o tatu, o teiú, inúmeras espécies de pássaros), passando, com a ausência desses, a recorrer ao uso de agrotóxicos, contaminando os solos e as águas, com reflexos negativos óbvios para a saúde e para a vida das pessoas.

As áreas reformadas e ocupadas por povos e comunidades tradicionais.

Há no TI da Bacia do Jacuípe as chamadas áreas reformadas ou ocupadas pelos denominados povos e comunidades tradicionais. São apenas três áreas quilombolas na região. Uma fica na comunidade quilombola Alto do Capim, no município de Quixabeira. A outra na comunidade quilombola do Alto Bonito, em Riachão do Jacuípe. E a terceira está localizada no município e Várzea do Poço. Os dados do IBGE 1991-2010 evidenciam em números o perfil da população segundo cor ou raça. Em relação ao ano de 1991, os percentuais referentes a Bahia e o TI, respectivamente, indicam: branca (20,2; 27,6), preta (10,1; 9,5) e parda (69,0; 62,2). E como se pode observar os dados apresentam pequena diferença em relação a cor preta. Para os dados de 2010, respectivamente, os números demonstram certa mudança em relação à população preta: branca (22,0; 23,7), preta (17,0; 23,7) e parda (59,5; 63,5). Houve de fato maior crescimento em relação à população preta, bem como uma tomada de consciência acerca das questões étnico-raciais, o que fez nascer em alguns municípios o movimento social voltada para formação de comunidades quilombolas. Ainda na dimensão das áreas reformadas, houve entre os anos de 1986 a 2014, no TI um processo de reforma agrária em dois dos 15 municípios da região: são 05 assentamentos no município de Ipirá (com 317 famílias) e 01 no município de Pintadas (com 13 famílias).

As redes de cidade.

Os municípios do TI da Bacia do Jacuípe possuem, ao logo dos tempos, demandas históricas, cujo enfrentamento vai além da capacidade do desenvolvimento de ações adotadas de forma individualizada. Afora isso, apesar de todas as semelhanças em termos de perfil socioeconômico, cultural e ambiental, nunca houve qualquer iniciativa de atuação conjunta para o enfrentamento dos problemas mais complexos.

Mas outra visão político-administrativa teve início a partir de 2004, com o debate sobre a política territorial de identidade regional, com amplo destaque para o papel das instituições públicas e privadas como atores políticos estratégicos. Juntar as organizações da sociedade civil e do poder público para debater os desafios, as potencialidades e as novas perspectivas para a região foi, sem sobra de dúvidas, o grande salto político. Nesse sentido, o primeiro passo foi a criação, em 2004, do CODES - Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bacia do Jacuípe, como primeiro espaço político plural. Essa experiência revelou-se, de fato, um caminho efetivo para busca de alternativas às reais demandas microestruturais.

Mas o debate evoluiu para uma dimensão ainda mais estratégica. A formação de uma rede das 15 cidades que compõem o TI. Assim foi implantado, em 14 de outubro de 2011, o Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do *Território Bacia do Jacuípe* - CDS Jacuípe, composto pelos municípios de Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Capim Grosso, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça e Várzea do Poço. Trata-se de espaço territorial político-administrativo, com identidade política absolutamente inovadora, porque composto das representações apenas dos poderes públicos locais que integram o TI da Bacia do Jacuípe e que tratam, via de regra, das demandas setoriais que abrangem o conjunto dos municípios numa perspectiva de desenvolvimento regional sustentável. A experiência tem viabilizado um olhar político-analítico amplificado e contribuído para uma nova cultura política no âmbito da administração pública municipal em parceria com os demais órgãos governamentais existentes na região.

Os lugares e atrativos turísticos.

Embora os 15 municípios do TI Bacia do Jacuípe possuam muitas atividades culturais e disponham de lugares belíssimos para serem conhecidos por visitantes de outras regiões e estados, ainda não foi realizado um trabalho planejando voltado à divulgação da região como atrativo turístico. E, nesse sentido, apenas o município de Pé de Serra costuma receber pessoas de outras lugares e estados atraídas pela Serra do Leão amplamente conhecida para os admiradores e pessoas de muita influência religiosa.

Mas a região possui um imenso potencial turístico a ser explorado, mediante um trabalho de mapeamento do conjunto das atividades e áreas naturais e culturais existentes para serem amplamente divulgadas e a articulação de uma política territorial de apoio tendo à frente as secretarias municipais de educação e cultura. Embora seja necessário também a criação de estrutura logística capaz de atender as demandas (guias, hospedagens, gastronomia, transportes etc.) dos futuros visitantes.

População.

A população do Território de Identidade Bacia do Jacuípe passou por processo de mudança. Destaque inicial para divisão entre homens e mulheres, porque reafirmando as tendências nacional e estadual, vez que a população masculina leva ínfima vantagem, segundo dados do IBGE 2000 e 2010 respectivamente: Bahia - masculino (6.469.282; 6.878.266) e feminino (6.616.487; 7.138.640); Território de identidade - masculino (131.650; 130.635) e feminino (132.420; 133.209).

Mas os dados do IBGE 2010 observados de forma individualizada, aponta o fenômeno contrário (minoridade masculina) em 07 (sete) Municípios: Capela do Aleto Alegre (M-5.808; F-5.719), Gavião (M-2.356; F-2.205), Mairí (M-9.555; F-9.771), Pintadas (M-5.198; F-5.144), Quixabeira (M-4.879; F-4.675), São José do Jacuípe (M-5.094; F-5.086), Várzea da Roça (M-6.984; F-6.802) e Várzea do Poço (M-4.355; F-4.306).

Durante esse período, os dados levantados pelo IBGE em relação aos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e mais as estimativas para 2007 e mais recentemente os dados referentes a 2010 e 2015 (DATASUS) indicam uma *variação populacional* para cima em pelo menos 14 dos 15 municípios. Exceção apenas para o Município de Serra Preta que apresentou uma quase estagnação, passando de 15.401 em 2011 para 15.507 em 2015.

Outro dado importante indicado pelo IBGE 2010 diz respeito à taxa de crescimento geométrico anual da população total (urbana e rural) em comparação com os dados referentes a 1991-2000. Dos 15 municípios do TI (IBGE 1991-2000), apenas 03 apresentaram taxa de *crescimento urbano* acima de 4,0: Capim Grosso (4,1), Várzea da Roça (4,5) e Pintadas (6,6). E em 02 (dois) municípios as taxas de crescimento foram bem mais altas: São José do Jacuípe (10,9) e Serra Preta (34,3). Já taxas rurais foram negativas para todos os municípios, com destaque apenas para São José do Jacuípe (112,7).

Os dados de 2010 apresentam outro retrato da realidade populacional, porque apontando o crescimento urbano e rural em todos os municípios, com destaque para as taxas de *crescimento rural* em pelo menos 04 (quatro): Nova Fátima (9,4), São José do Jacuípe (11,2), Várzea do Poço (12,1) e Capim Grosso (16,0). Isso num cenário cujas médias urbano e rural em 1991-2000 para Bahia e TI foram: Bahia (2,5; -1,3) e Território de Identidade (-3,4; -3,8). Já em 2000-2010 as taxas médias comparativas continuaram positivas e maiores em relação à população urbana e apresentaram um forte crescimento em relação à população rural: Bahia (1,4; -1,0) e TI (2,0; 6,1).

O TI saiu de um contingente populacional total de 273.276, em 1991, para 260.070 em 2000 e 263.844 em 2010 (IBGE), embora dados do DataSUS (2015) aponte 278.735. Mas três dados são bastante importantes de serem apontadas aqui. A taxa do grau de urbanização comparativamente em 2000 e 2010: Bahia (67,0; 72,1) e TI (44,7; 54,6).

A distribuição da população urbana e rural do TI em 2000 e 2010 respectivamente: urbano (117.968) e rural (146.102). Já em relação à quantidade da população masculina e feminina urbano e rural do TI em 2000 e 2010 respectivamente: a) masculino urbano (56.581; 69.032); b) feminino urbano (61.386; 75.117); c) masculino rural (75.069; 61.603); d) feminino rural (71.034; 58.092).

Dentre as razões explicativas para tamanha perda populacional, está o processo de migração de pessoas e de famílias buscando sobrevivência ou melhoria das condições de vida noutras regiões, quase sempre determinadas pelas poucas oportunidades econômicas existentes.

Indicadores Sociais e Vulnerabilidade

Tratamos noutro parágrafo dos dados relativos à população dos municípios do TI, apontando o aspecto negativo para pelo menos 11 dos 15 municípios que integram a microrregião. Embora já tenhamos indicado alguma razão para o fenômeno, mais fatores complementam a explicação.

São poucas as oportunidades favoráveis à sobrevivência e à melhoria das condições de vida nos municípios e esse é um dos fatores preponderantes para o processo recorrente de migração de âmbito territorial. Mesmo sabendo ser uma característica essencial do semiárido baiano. Determinando esse deslocamento quase permanente de pessoas para outras regiões a busca por acesso ao emprego, ao trabalho e à renda, aos serviços de educação e saúde, entre outros.

O Território de Identidade Bacia do Jacuípe ainda ostenta os altos índices de pobreza segundo os dados do IBGE e do Mapa das Desigualdades de 2003. São números alarmantes, porque em torno de 37% da população são considerados pobres e outros mais de quarto, isto é, 27,45% estão abaixo da linha da pobreza.

Contudo esses números conseguem ser ainda piores quando relacionados à situação de pobreza na zona rural que reúne mais de 50% da população do TI. Essa realidade social é bastante grave, porque além de promover recorrentemente o crescimento negativo da população dos municípios, contribui ainda para queda considerável das verbas transferidas pelo Estado e pela União. São recursos diretamente relacionados ao cálculo do número de habitantes. Vide ainda o PTDS da Bacia do Jacuípe (2010: 77) com detalhamento das finanças públicas dos municípios.

Outro dado assaz importante para indicação do nível de pobreza da população da microrregião é o da renda per capita. No TI, por exemplo, 33,1 % da população tem a renda per capita relativa a um quarto do salário mínimo. Somada à população com renda per capita igual a meio salário mínimo, o percentual da população pobre corresponde a 58,5%. A exceção nesse contexto é muito pequena, com apenas 13,4% da população com renda per capita igual ou superior a dois salários mínimos (IBGE, Censo Demográfico, 2000).

Criado para amplificar a análise de desenvolvimento não apenas econômico, mas, sobretudo quanto a sua dimensão social, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) possibilita abordagem mais ampla, porque contemplando de uma só vez vários aspectos fundamentais à reflexão relacionada à expectativa de vida: renda per capita, educação e longevidade.

Há, nesse particular, apenas três observações a serem feitas. Primeiro destacar que dos 15 municípios que integram o TI, 13 deles têm o IDH acima de 0,6 e abaixo de 0,7: Baixa Grande (0,660), Capela do Alto Alegre (0,634), Gavião (0,640), Ipirá (0,609), Mairi (0,605), Nova Fátima (0,635), Pé de Serra (0,630), Pintadas (0,625), Quixabeira (0,606),

Riachão do Jacuípe (0,646), Serra Preta (0,604), Capim Grosso (?) e Várzea do Poço (0,665). Em segundo lugar, embora um pouco abaixo da média do TI, o Município de

E d u c a ç ã o

São José do Jacuípe com a marca de 0,577. A situação pior e assaz destoante do conjunto é do município de Várzea da Roça (0,474). Do total, 06 municípios apresentaram os melhores indicadores acima de 0,6: Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Nova Fátima, Riachão do Jacuípe e Várzea do Poço.

Sabe-se, desde sempre, que os países que ostentam os melhores indicadores socioeconômico são aqueles que fizeram fortes investimentos em educação. E na atualidade, os resultados positivos destas nações estão configurados na classificação junto ao ranking de desenvolvimento nacional. EUA, Japão, Inglaterra, Dinamarca, Suécia e Suíça, são apenas alguns exemplos possíveis.

A criação do capital social faz a diferença quando o assunto é desenvolvimento regional sustentável e solidário, porque exigindo uma visão ampla e muita sensibilidade político-social e institucional para fazer frente às complexas demandas territorial.

A problemática educacional no âmbito do TI apresenta-se de forma extremamente particular, porque os seus indicadores não são muito bons, exigindo política setorial especial e que sejam capazes de contribuir com novo processo territorial de desenvolvimento.

E de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010) alguns indicadores são bastante sérios. Em relação ao índice de *analfabetismo*, por exemplo, os dados correspondem, em média, a quase um quarto da população dos municípios: Baixa Grande (23,4), Capela do Alto Alegre (27,4) Capim Grosso (19,3), Gavião (24,4), Ipirá (27,6), Mairí (24,4), Nova Fátima (22,5), Pé de Serra (23,8), Pintadas (25,0), Quixabeira (30,2), Riachão do Jacuípe (17,0), São José do Jacuípe (29,1), Serra Preta (25,6), Várzea da Roça (28,6) e Várzea do Poço (22,9). Segundo ainda os cálculos da SEI referentes aos anos 2000 e 2010, os índices médios para o TI e para a Bahia são os seguintes: a) total do Território Baía do Jacuípe em 2000 (30,3) e em 2010 (24,3) b) total do Estado da Bahia em 2000 (22,1) e em 2010 (16,3).

Apesar de tudo, cabe destacar que houve uma queda dos índices em todos os municípios do TI, embora dois deles mereçam observação, porque apresentaram o menor índice de redução da região: Gavião de 25,8 para 24,4 e Quixabeira de 30,6 para 30,2. Mas se fossem considerados os denominados *analfabetos funcionais*, esses percentuais seriam ainda mais significativos.

Trata-se, na realidade, da pior forma de desigualdade social, porque reduzindo as possibilidades de inserção social frente às poucas oportunidades existentes. Esse baixo nível de escolaridade, portanto, amplificam negativamente qualquer perspectiva de desenvolvimento em termo de inserção das novas tecnologias ao processo produtivo e à melhoria dos índices de produtividade. São indicadores no mínimo limitadores também à adoção de práticas alternativas voltadas a uma perspectiva de cadeia produtiva que também contemple os processos complementares de beneficiamento e

comercialização que viabilizem a agregação de valor aos produtos e contribuam à melhoria de renda e de recuperação/preservação das condições ambientais.

Numa análise ainda mais minudente dos dados do IBGE/PNAD, Estatística Básica dos Municípios (2002), a realidade consegue se revelar ainda mais perversa, porque chega a 80% do percentual da população do TI com sem escolaridade e com baixíssima escolaridade. Apenas 12% da população tem entre quatro e oito anos de estudos e só 10% possuem escolaridade acima de oito anos. Mas como seria de esperar, existem particularidades. É o caso, por exemplo, do Município de Mairi com taxa de *analfabetismo* adulto de 40%. A outra disparidade está em Riachão do Jacuípe, apresentando o melhor indicador relacionado à população com mais de oito anos de escolaridade.

Apesar dos números expressarem um quadro social bastante grave, poucos foram os municípios que se inseriram no programa Brasil Alfabetizado segundo dados do MEC/FINEP (2000). Apenas três dos 15 municípios participaram do programa: Em 2003, os Municípios de Capela do Alto Alegre (438 pessoas) e de Ipirá (561 pessoas); no ano de 2004 houve novo município, São José do Jacuípe (108 pessoas); e em 2005 – os três, Capela do Alto Alegre (175 pessoas), Ipirá (539 pessoas) e São José do Jacuípe (22 pessoas) e no ano de 2006 apenas o Município de Capela do Alto Alegre (50 pessoas) inscreveu alunos no programa.

Ou seja, há muito trabalho por fazer, porque num período de 04 anos, totalizou somente o número de 1.893 participantes de três municípios. Mais um dado indicativo da gravidade do problema na microrregião. Dos alunos que chegam a concluir o ensino fundamental, apenas 15% ingressa no ensino médio. Isso significa que 85% não dão continuidade aos estudos. Quais são as reais razões que favorecem tais estatísticas? Concretamente, quais são os problemas? Não valem as respostas prontas, quais quer que sejam. É necessário um estudo específico para apurar as causas reais e apontar possíveis alternativas educacionais.

Um fato importante. Todas as questões possíveis de serem formuladas atingem apenas a rede pública de ensino dos municípios do TI, porque a rede privada de ensino responde apenas com 3,2% das matrículas do ensino fundamental e igualmente do médio. Vide dados do IBGE Cidades (2009). O contrário acontece com relação ao ensino superior, que conta com 100% das matrículas pertencentes à rede privada. Apesar do seu baixíssimo número.

Por fim, chamamos atenção para mais um indicador educacional, o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB), considerado atualmente referência fundamental pelo Ministério da Educação (MEC) no processo de acompanhamento e avaliação do ensino fundamental nos municípios. E nesse quesito o retrato da educação do TI é muito ruim.

O MEC estabeleceu uma meta relativamente baixa para ser alcançada pelos municípios no ano de 2015 – índice 5. Mas os índices de 2006 alcançados na microrregião foram muito baixos, pelo menos para 06 municípios, segundo os dados do MEC/INEP (2006): Ipirá (2,26), Mairi (2,19), Quixabeira (2,40), São José do Jacuípe (2,55), Serra Preta (2,45) e Várzea da Roça (2,11). Chama ainda atenção que apenas 01 município (São José do Jacuípe) dos 15 do TI alcançou nota 2,5. No entanto, decorridos mais de 05 (cinco) anos depois de 2006, os dados do MEC-INEP referentes ao ano de 2011 indicaram ter havido um processo positivo de melhora em relação aos índices: Baixa Grande (2,6), Capela do

Alto Alegre (4,2), Capim Grosso (2,7), Gavião (3,9), Ipirá (3,0), Mairí (3,0), Nova Fátima (2,8), Pé de Serra (3,4), Pintadas (2,7), Quixabeira (3,3), São José do Jacuípe (2,2), Serra Preta (2,6), Várzea da Roça (2,7) e Várzea do Poço (2,7). Embora devamos chamar atenção para o caso de São José do Jacuípe que em 2006 obtinha o índice mais alto do TI (2,5), agora foi o único município a apresentar o menos dado do TI: 2,2.

S a ú d e

Os dados sobre saúde são reveladores da vulnerabilidade a qual está exposta a população do TI, atinentes apenas aos serviços básicos de atendimento. Há três hospitais estaduais localizados nos Municípios de Riachão do Jacuípe, Ipirá e Mairi, com a disponibilidade de 216 leitos hospitalares, correspondendo a 01 leito para cada grupo de 1.075 pessoas.

Dado ainda mais grave está relacionado ao número de médicos por município. Segundo o DATASUS (2010-2015), tomando por base os dados de 2010 e 2015 respectivamente, havia na Bahia (14.260; 16.643) e no Território Bacia do Jacuípe (134; 138). Em relação aos municípios individualizados os dados demonstram certa disparidade: Baixa Grande (14;12), Capela do Alto Alegre (7;3), Capim Grosso (15; 17), Gavião (3;3), Ipirá (31;38), Mairi (14;10), Nova Fátima (1;4), Pé de Serra (6;8), Pintadas (5;5), Quixabeira (3; 5), Riachão do Jacuípe (20; 18), São José do Jacuípe (1;2), Serra Preta (5;6); Várzea da Roça (5;5) e Várzea do Poço (4;2). Há, portanto, municípios que o número de profissionais desceu, noutros manteve-se igual (Gavião e Várzea da Roça) e aqueles que houve um aumento.

Em relação ao número de enfermeiros por município, profissional considerado estratégico no contexto do TI, houve uma melhora nos dados referentes aos anos de 2010 e 2015, segundo ainda o DATASUS: Baixa Grande (9;11), Capela do Alto Alegre (8;11), Capim Grosso (13; 27), Gavião (3;2), Ipirá (17;25), Mairi (15;23), Nova Fátima (5;8), Pé de Serra (7;11), Pintadas (6;7), Quixabeira (6; 7), Riachão do Jacuípe (18; 26), São José do Jacuípe (3;6), Serra Preta (5;8); Várzea da Roça (6;8) e Várzea do Poço (4;5). Exceção apenas para três dos 15 municípios, porque houve a redução de 3 enfermeiro para 2 em Gavião e o acréscimo de apenas um profissional em Pintadas e Quixabeira. Cabe ainda destacar que a melhoria nos dados aconteceu, respectivamente, tanto no estado da Bahia (9.289;13.879) quanto no TI: (125;185).

Isso ajuda na explicação de outra importante carência, indicativo da parca oferta dos serviços oferecidos. A população dos 15 municípios até os dias de hoje não dispõe de serviços de saúde voltados às demandas de média e alta complexidade. Demandas dessa natureza geralmente são atendidas pelas estruturas de saúde existentes em Feira de Santana e/ou Salvador.

Ainda assim cabe chamar atenção para rede privada de serviços de saúde. Essa rede responde por 24,6% do número de unidades de saúde e equivale a 73,6% do número dos leitos oferecidos pela rede pública estadual. Embora os centros de saúde disponíveis estejam integrados à rede SUS (Sistema Único de Saúde) e também prestando serviços a população.

Diretamente relacionado à saúde pública, o dado sobre o nível de cobertura dos serviços de saneamento contribui para melhor compreensão sobre a péssima situação em alguns municípios. Segundo os dados do IBGE (2008), os municípios do TI contam apenas com a cobertura de 29% e mais de 70% da população não têm acesso à rede de

esgotamento sanitário. No entanto, essa situação consegue ser ainda pior – quanto à rede geral - em Pé de Serra (0,5%), Quixabeira (0,1 %) e Várzea da Roça (0,5%).

D e s e n v o l v i m e n t o S u s t e n t á v e l d o T e r r i t ó r i o

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas. No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Bacia do Jacuípe apresenta um total de 49 indústrias. A maior parte concentrada no Município de Ipirá, com cerca de metade dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, pouco mais de 60% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, no Município de Riachão do Jacuípe. Como exemplos dos segmentos que mais se destacam em quantidade neste grupo, vale citar o setor de vestuários e artigos e artefatos de couro (60%), de fabricação de alimentos e bebidas (13%) e o de móveis e produtos de madeira (13%). As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 14% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria nos Municípios de Ipirá (2) e Mairi (2). Os segmentos que têm maior destaque neste grupo são os de fabricação de alimentos e bebidas (57%) e de fabricação de produtos de metal (29%). As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 25% do total de indústrias existentes do TI Bacia do Jacuípe. Neste grupo, destaca-se um empreendimento em Riachão do Jacuípe voltado à extração de pedra, areia e argila e um empreendimento em Ipirá de extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados especialmente pelos setores de fabricação de minerais não metálicos (58%) e fabricação de produtos químicos e de produtos derivados do petróleo (17%).

A atividade relacionada com a agricultura que mais se destaca no território é o cultivo de mamona, considerada de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Em comparação com os demais territórios, o TI Bacia do Jacuípe ocupa a 25ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da Produção Agrícola Municipal - PAM (IBGE, 2010a). Para a macrorregião semiárido, o TI Bacia do Jacuípe supera em área cultivada apenas o TI Itaparica. Com relação à pecuária extensiva no território, essa atividade está relacionada com o potencial poluidor médio e, segundo a Produção da Pecuária Municipal - PPM, exibe 441 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b). Os Municípios de Ipirá, Riachão do Jacuípe e Mairi destacam-se por concentrar em torno de 44% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o Município de Quixabeira aparece como o menos expressivo, com 7.450 cabeças de gado. Dentre os 18 territórios da macrorregião semiárido, o TI Bacia do Jacuípe ocupa a 6ª posição, com 6,9% das cabeças de gado da macrorregião. Em comparação com os demais TIs do Estado, a Bacia do Jacuípe ocupa a 11ª posição, com 4,1% dos bovinos registrados na Bahia. O grupo de criações confinadas é caracterizado pelo alto potencial poluidor, tendo em vista a criação de bubalinos, muares e equinos. A criação de bubalinos exibe os menores números, ocorrendo em apenas três municípios do território. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo de alto potencial poluidor, ocorrendo em todos os municípios do território. Destaque para os Municípios de Ipirá e Mairi que representam cerca de 39% do total de equinos no TI. A criação de muares apresenta valores intermediários entre bubalinos e equinos e é destaque em Mairi, Pé de Serra e Riachão do Jacuípe com 45%

do total do rebanho. Em comparação com os 18 TIs da macrorregião semiárido, o TI Bacia do Jacuípe ocupa a 16ª e a 11ª posição em criação de muares e equinos respectivamente, é responsável também pelo nono maior rebanho de bubalinos da macrorregião. No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chamam atenção os grupos das aves (263,2 mil cabeças) e dos ovinos (201,9 mil cabeças). Várzea do Poço traz indicações de maior expressividade no primeiro arranjo mencionado, enquanto que Ipirá concentra mais da metade dos ovinos do TI. A criação de suínos (41,2 mil cabeças) e de caprinos (47,6 mil cabeças) ocorre em todos os municípios do TI, com destaque para a caprinocultura desenvolvida no Município de Ipirá que concentra quase 40% do TI Bacia do Jacuípe. O Município de Capim Grosso possui o menor número do território, com 812 destes estabelecimentos familiares.

Agricultura Familiar

Para os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, o TI Bacia do Jacuípe ocupa a 12ª posição em número de estabelecimentos no estado da Bahia, apresentando um número mediano com relação a todo o Estado. Em 2006, esse território apresentou cerca de 24 mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Concentram-se principalmente em Ipirá e, em menor proporção, em alguns outros Municípios como Riachão do Jacuípe, Várzea da Roça, Baixa Grande e Mairi, onde o conjunto detém pouco mais do que a metade dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, o Município de Gavião possui o menor número do território, com 588 destes estabelecimentos familiares.

Qualidade Ambiental

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 - Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental (componente A3).

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Bacia do Jacuípe apresentam-se resultados para cinco pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema. Com relação ao Índice de Qualidade das Águas - IQA (gráficos por município/INEMA), os resultados revelam uma condição aceitável em Ipirá (Rio Peixe), Mairi e Gavião (Rio Jacuípe), e uma condição regular em Ipirá e Riachão do Jacuípe (Rios Pratigi e Jacuípe, respectivamente).

Para o Índice de Estado Trófico - IET (Gráficos por Município/INEMA) as condições se encontram numa situação menos favorável, apresentando uma condição crítica em todos os pontos, exceto em Mairi, onde percebeu-se a indicação de condição aceitável. A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos primários (provenientes de vaso sanitário) antes de seu encaminhamento a algum corpo hídrico, ou que não deposita tais contribuições em fossas, predomina nos municípios de Ipirá e Riachão do Jacuípe.

No entanto, proporcionalmente, além de Ipirá e Riachão do Jacuípe, os Municípios de Nova Fátima e Mairi apresentam um percentual maior de não atendimento. Encontram-se neste território sete empreendimentos industriais que desenvolvem

atividades com potencial de poluição das águas superficiais. Esses empreendimentos estão voltados principalmente para agroindústria e se concentram mais na região do Município de Riachão do Jacuípe. Para a qualidade do ar, o TI Bacia do Jacuípe não apresenta nenhum município com população urbana maior que 30 mil habitantes, portanto, não há grandes destaques com relação à frota de veículos e a qualidade do ar local. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, também não constam registros.

Por fim, no que se refere à qualidade do ar, foi identificada, em 2010, a presença de mineradoras na fase de concessão de lavra para extração de granito. Na análise dos fatores que comprometem a qualidade do solo, em razão de inadequada disposição final dos resíduos sólidos, a maior parte dos municípios apresenta lixão como alternativa de disposição. Apenas os municípios de Ipirá e Serra Preta não utilizam este descarte, contando com aterros sanitários simplificados para dispor os seus resíduos. As queimadas, fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em nove municípios deste território, estando concentradas especialmente nos Municípios de Ipirá e Riachão do Jacuípe.

Por último, foram analisados o uso da terra e a cobertura vegetal, o que revelou que o tipo de uso predominante é a agropecuária, ocupando 41% da área do território. A cobertura vegetal é mais representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 59% do território. Com relação às ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, IBA e KBA. A vegetação remanescente representa em torno de 26% da área do TI Bacia do Jacuípe.

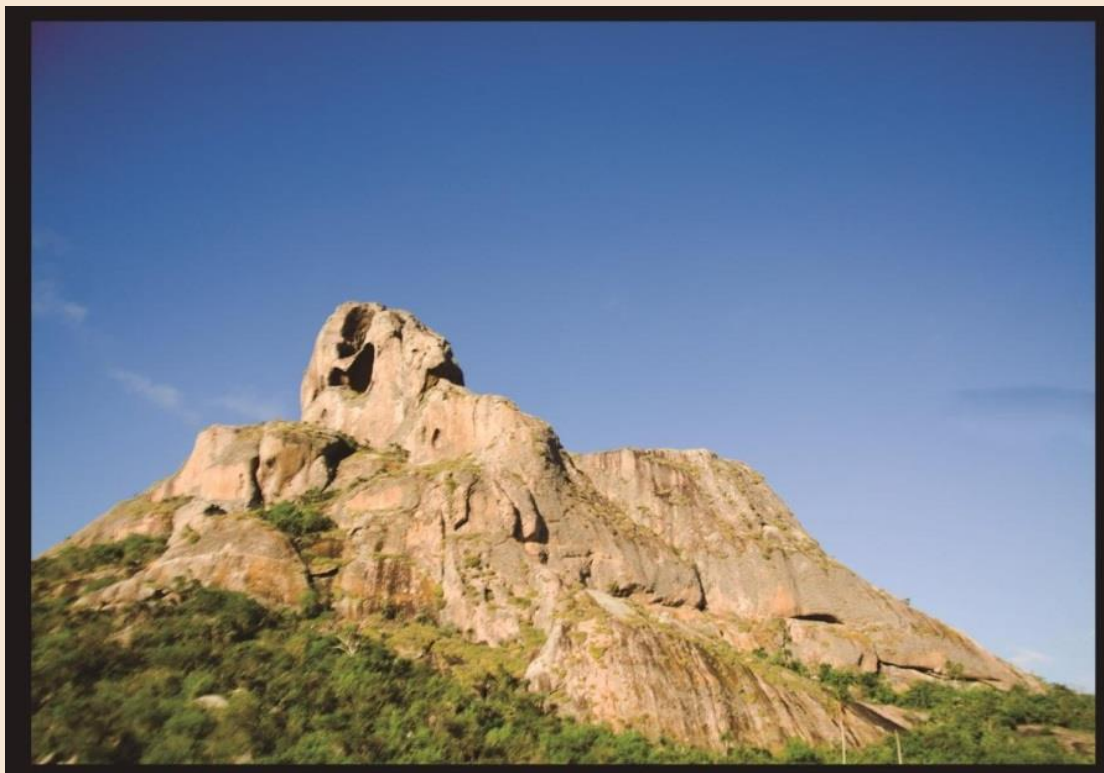


Figura 4: Ricardo Sena

1.Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva.

Desafios	Potencialidades
<p>Em relação à Atividade Leiteira:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Ausência de assistência técnica especializada para produtores de leite da região poder melhorar o processo de produção; -Necessidade de qualificação técnica dos produtores de leite para beneficiamento e comercialização dos produtos da cadeia do leite; -Melhoria das condições de produção e armazenamento da produção leiteira na região; -Falta de equipamentos adequados ao processo de refrigeração dos produtos da cadeia de leite; -Ausência de política de melhoramento genético do rebanho leiteiro da região; -Inexistência de estrutura regional de organização voltada para gestão e comercialização dos produtos da cadeia leiteira; <p>Em relação à Apicultura:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Ausência de assistência técnica especializada para produção de apicultura agroecológica; -Necessidade de qualificação técnica dos apicultores para beneficiamento e comercialização da produção; -Inexistência de uma cooperativa regional de beneficiamento e comercialização do mel agroecológico e derivados; -Falta de estruturas municipais para recolhimento da produção de mel (Postos); -Ausência de estratégias local e regional para inserção da produção de mel e derivados no mercado convencional e institucional da região; <p>Em relação à Bovinocultura, Avicultura, Suinocultura e Caprina-ovinocultura:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Ausência de assistência técnica especializada aos bovinocultores para melhoria do processo de manejo e abate de alimentos; -Ausência de assistência técnica especializada aos avicultores para melhoria do processo de manejo e abate de alimentos; -Ausência de assistência técnica especializada aos suinocultores para melhoria do processo de manejo e abate de alimentos; -Ausência de assistência técnica especializada aos caprinos-ovinocultores para melhoria do processo de manejo e abate de alimentos; -Inexistência de qualificação técnica dos bovinocultores para beneficiamento e comercialização da produção de carne; 	<p>-Existe um número considerável de produtores de leite, tornando o TI a maior bacia leiteira da Bahia o que torna viável um processo articulado de assistência técnica orientada para melhoria genética do plantel e processo produtivo e das condições melhor adequadas de armazenamento;</p> <p>-Há, inegavelmente, no TI, plena condição para a implantação e desenvolvimento de estruturas de beneficiamento e comercialização da produção leiteira da região;</p> <p>Em relação à apicultura:</p> <ul style="list-style-type: none"> -O TI dispõe de uma quantidade grande de apicultores produzindo de forma individualizada e sem experiência de acesso a assistência técnica e qualificação profissional para melhoria do processo produtivo; -A adoção de novas técnicas aliadas ao grande número de apicultores da região amplifica as reais condições para implantação de estruturas voltadas ao processo de armazenamento, beneficiamento e comercialização da produção de mel do TI; <p>Em relação à bovinocultura, avicultura, suinocultura e caprino-ovinocultura:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Existe no âmbito do TI uma forte atividade produtiva relacionada à bovinocultura, avicultura, suinocultura e caprino-ovinocultura, mas sem a necessária orientação e qualificação técnica voltada ao melhoramento genético e adequado manejo; -Há sem dúvida uma intensa atividade produtiva com ampla capacidade de beneficiamento e comercialização de alimento no TI; -O TI dispõe de vários espaços públicos (PNAE e PAA) e privados (supermercados, restaurantes e hotéis) com plena capacidade para inserção da produção regional de alimentos; -A produção de piscicultura sem a necessária orientação técnica voltada para melhoria da produção, beneficiamento e comercialização no TI. <p>Em relação aos agricultores familiares:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Há no TI uma quantidade grande de agricultores familiares produtores de mandioca, mas com baixa produtividade, devido falta de orientação técnica e qualificação profissional no processo de

- Inexistência de qualificação técnica dos avicultores para beneficiamento e comercialização da produção de carne;
- Inexistência de qualificação técnica dos suinocultores para beneficiamento e comercialização da produção de carne;
- Inexistência de qualificação técnica dos caprinos-ovinocultores para beneficiamento e comercialização da produção de carne;
- Falta uma política regional de inserção da produção de carne no mercado convencional e institucional (PNAE e PAA) da região;
- Falta a implantação nos municípios do TI unidades de beneficiamento e distribuição de frango caipira;
- O pequeno número de atividades de piscicultura e pesca artesanal no território;
- Falta programa e qualificação técnica dos pescadores e piscicultores para manejo adequado, beneficiamento e comercialização da produção;
- Ausência de uma política de potencialização da piscicultura do território.

Em relação aos Agricultores Familiares:

- Ausência de assistência técnica qualificada aos produtores de mandioca para aumento da produtividade;
- Falta de qualificação técnica aos produtores de mandioca voltada ao processo de beneficiamento e comercialização dos produtos da mandioca;
- Falta uma política regional de inserção dos produtos da mandioca no mercado convencional e institucional da região;
- Inexistência de mecanismos de preservação das culturas de licurizeiros e umbuzeiros para geração de renda das famílias extrativistas;
- Falta de campanha de conscientização para preservação e ampliação das culturas de licurizeiros e umbuzeiros no TI;
- Alto número de famílias não beneficiadas com as políticas de convivência com o semiárido;
- Inexistência de levantamento e cadastro das famílias carentes para serem contempladas com as ações estratégicas de convivência com o semiárido;
- Poucos agricultores familiares adotando práticas de produção de alimentos agroecológico;
- TI com baixa capacidade de captação, armazenamento e conservação de água do território;
- Agentes financeiros do TI sem política de crédito orientado para apoio aos agricultores

plantio e manejo;

- A possibilidade de qualificação profissional e adoção de novas técnicas voltadas ao processo de beneficiamento, comercialização e gestão da produção de mandioca para inserção no mercado local e do TI;
- Os agricultores familiares do TI tecnicamente orientados para produção de alimentos agroecológico, bem como para preservação e ampliação das culturas nativas de licurizeiro e umbuzeiro gerarem renda;
- Há ONG e outras entidades no TI e fora dele implementando na região ações setoriais voltadas às famílias carentes terem condições de convivência com o semiárido;
- A existência no TI de agentes financeiros - cooperativa de crédito, BNB e Banco do Brasil - com histórico de implementação das políticas e programas de microfinanciamento voltado aos agricultores familiares e aos micro e pequenos empreendedores;
- A existência no TI de ONG e entidades sindicais negociando com a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) a oferta de serviços de assistência técnica;

Em relação às mulheres e às famílias:

- Há vários grupos produtivos femininos, mas sem a devida orientação técnica e qualificação profissional para adoção de novas práticas de produção, beneficiamento, comercialização e gestão das unidades produtivas;
- Há no TI muitas famílias em situação de vulnerabilidade social, mas falta um processo de levantamento e cadastramento para as Secretarias Municipais de Assistência Social requerem os seus direitos e inclusão nos programas de inclusão socioprodutivos;

<p>familiares e aos microempreendedores; -Agricultores familiares e microempreendedores do TI desinformados e desmobilizados para debater proposta de políticas setoriais de micro financiamento; -A quantidade de famílias sem acesso às políticas de habitação social do programa Minha Casa, Minha Vida; -Ausência de políticas de apoio técnico-financeira para fortalecimento da cultura do sisal no TI; -Ausência de política clara de apoio técnico-financeiro para fortalecimento da agricultura familiar regional; -Inexistência de plano de ATER territorial;</p> <p>Em relação às Mulheres e às Famílias:</p> <p>-Falta ações estratégicas de apoio aos empreendimentos produtivos de mulheres voltado à melhoria do processo de produção, gestão e geração de renda; -Ausência de levantamento e cadastro das famílias em situação de vulnerabilidade social para acesso a programas de inclusão socioprodutiva.</p>	
---	--

2. Estrutura Fundiária e Acesso a Terra

Desafios	Potencialidades
<p>-Ausência de levantamento e cadastro das famílias carentes de acesso à terra; -Inexistência de levantamento das áreas passíveis de reforma agrária no TI; -Ausência de políticas locais de apoio ao acesso à terra na região; -Falta estratégia das organizações populares do TI para empreender ações voltados ao acesso à terra.</p>	<p>Há no TI áreas de terras consideradas devolutas e pertencentes ao poder público, mas não existe um levantamento com cadastro das famílias sem acesso à terra na região; -O TI conta com um sem número de organizações sindicais e populares capazes de desenvolver um trabalho de organização social das famílias sem terra da região para negociação com o poder público na perspectiva de criação de assentamentos.</p>

3. Formação Cidadã e Organização Social

Desafios	Potencialidades
<p>-Lideranças populares (jovens, mulheres, sindicalistas) do TI com pouca experiência de formulação e gestão de projetos sociais; -Lideranças sindicais do TI com pouca experiência de atuação política voltada para interferência nas políticas públicas municipais; -Ausência de ações estratégicas no TI voltadas ao fortalecimento e valorização da cultura, esporte e lazer; -As secretarias municipais do TI não dispõem de planos municipais de apoio às manifestações culturais e de esporte e lazer;</p>	<p>-ONG que atuam no TI com ampla experiência de elaboração e gestão de projetos sociais implementados nos municípios da região que podem qualificar as lideranças populares para formulação de políticas setoriais com vistas à captação de recursos e intervenção nas políticas públicas locais; -Há no TI forte experiência de desenvolvimento de ações culturais populares sob a responsabilidade e organização das organizações populares e movimentos sociais da região com pouco apoio do poder público;</p>

-As secretarias municipais de educação implementarem o plano territorial de educação contextualizada;

-Lideranças sindicais e populares não empreendem ações políticas voltadas a formulação e implantação de planos municipais de educação contextualizada;

-Escolas municipais do TI sem projeto político-pedagógico de educação contextualizada;

-Ausência de funcionamento dos centros de qualificação técnico-profissional do TI para formação de jovens e adultos com vistas a inserção no mercado de trabalho;

-Ausência de oferta regular de cursos voltados para os jovens e adultos do TI;

-TI não dispõe de instituições de ensino superior público que assegure acesso regular em cursos de graduação e pós-graduação nas modalidades presencial e EAD;

-Poucos municípios com conselho municipal de mulheres implantados no TI para efetivação da política de enfrentamento a violência doméstica e familiar contra a mulher;

-O Centro de Especialização de Atendimento a Mulher vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher está desativado;

-Agentes públicos de segurança e justiça sem plano estratégico para enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher no TI;

-As organizações populares do TI não dispõem de política institucional de voltada ao enfrentamento a violência contra a mulher;

-A inexistência de um hospital regional de média complexidade para o atendimento das demandas do TI;

-Os parlamentares baianos, que recebem apoio político no TI, apresentam emendas parlamentares voltadas às demandas setoriais do TI;

-As secretarias municipais de assistência social do TI não implementam políticas sociais de atendimento básico - CRAS, CREAS e CAPS;

-Inexistência de estudo técnico que possa subsidiar o debate político no TI da viabilidade necessária de vias de integração e acesso às diferentes regiões;

-A existência de parceria no GT de Educação do TI com ONG e Universidades (UNEB, UEFS) com ampla experiência na execução de políticas de educação do campo, mas também o Plano Territorial de Educação Contextualizada que já foi elaborado. Afora tudo isso, todos os municípios dispõem de Secretaria Municipal de Educação com possibilidade de implantação nas escolas municipais de projetos político-pedagógicos;

-A existência - embora desativados - no TI de Centros de Qualificação Técnico-profissional para formação de jovens e adultos para inserção no mercado de trabalho;

-Observa-se, faz certo tempo, um despertar da população do TI e das demais organizações populares dos municípios da região, para a necessidade de implantação de Universidade Pública que possa graduar jovens e adultos, mas também que possa pós-graduar muitos dos profissionais com formação superior já existente;

-Há em quase todos os municípios do TI a organização de mulheres trabalhadoras discutindo as demandas setoriais das mulheres e com força política suficiente e em parceria com as demais organizações populares para negociação com o poder público para implantação dos Conselhos Municipais da Mulher. O TI ainda conta com a singular iniciativa de implantação do Centro de Especialização de Atendimento das Mulheres vítimas de violência doméstica e familiar carecendo de ser reativado;

-A população, as lideranças das organizações populares e os agentes públicos do TI estão conscientes e já deu início à reflexão voltado a busca de parcerias e apoio político-parlamentar para implantação na região de uma unidade hospitalar regional para atendimento às demandas média complexidade;

-Todos os municípios do TI dispõem de Secretarias Municipais de Assistência Social em condições de empreenderem ações voltadas a implantação dos equipamentos de CRAS, CREAS e CAPS para assegurar as políticas da atenção básica à população;

-Os vários segmentos sociais existentes no TI já estão conscientizados quanto à necessidade de estudos técnicos voltados à viabilidade e implantação de vias de integração e acesso da população às diferentes regiões.

Capítulo III: Matriz de Objetivos, Estratégias e Metas

No quadro abaixo, definido como marco lógico, apresentamos o produto de trabalho coletivo fomentado em várias rodadas de encontros regionais com a participação de representantes do poder público e da sociedade civil do TI. Para tanto, o processo de trabalho teve como metodologia o debate em torno de quatro eixos temáticos, cabendo aos grupos a construção crítica dos objetivos, estratégias e metas conforme abaixo.

Eixo	Objetivos	Estratégias	Metas
Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva			
Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva	1. Organizar Arranjo Produtivo Territorial do Leite (APT) para o TI Bacia do Jacuípe.	<p>1.1. Contratar técnicos especializados para orientação, assessoria e consultoria técnica voltada ao processo de produção, armazenamento, beneficiamento e comercialização dos produtos integrantes da cadeia de leite;</p> <p>1.2. Qualificar os produtores de leite para adoção das técnicas de produção, armazenamento e beneficiamento dos produtos integrantes da cadeia do leite;</p> <p>1.3. Estabelecer parceria com as instituições (SETAF, FAEB, SEBRAE) para trabalho de formação, orientação e assessoria técnica voltado a organização, funcionamento e gestão de empreendimentos cooperativos;</p>	<p>1.1. Implantar 15 equipamentos de refrigeração adequados à aos produtos integrantes da cadeia de leite.</p> <p>1.2. Disponibilizar, aos produtores de leite dos 15 municípios do TI, acesso a assistência técnica especializada;</p> <p>1.2.1. Qualificar os produtores de leite dos 15 municípios do TI em novas técnicas de produção, armazenamento, beneficiamento e comercialização de produtos integrantes da cadeia de leite;</p> <p>1.3. Capacitar os produtores de leite para vender produtos beneficiados, nos 15 municípios do TI;</p>

		<p>1.4. Adquirir equipamentos apropriados ao processo de refrigeração dos produtos integrantes da cadeia de leite.</p> <p>1.5. Promover política de melhoramento genético do rebanho leiteiro.</p>	<p>1.4. Disponibilizar aos 15 municípios do TI equipamentos apropriados ao processo de refrigeração dos produtos integrantes da cadeia de leite implantados.</p> <p>1.5. Elaborar e implementar Plano territorial de melhoramento genético.</p>
<p>2.1. Oferecer aos apicultores assistência técnica especializada voltada à apicultura agroecológica com vistas ao beneficiamento e comercialização da produção;</p> <p>2.2 Organizar Arranjo Produtivo Territorial do Mel (APT) para o TI Bacia do Jacuípe.</p>	<p>2.1. Oferecer orientação, assessoria e consultoria técnica voltada ao processo de produção, beneficiamento e comercialização de mel agroecológico;</p> <p>2.2. Qualificar os apicultores para adoção das técnicas de produção, armazenamento e beneficiamento de mel agroecológico;</p> <p>2.3. Criar uma cooperativa regional para beneficiamento e comercialização de mel agroecológico;</p> <p>2.4. Implantar Postos de Recolhimento da Produção de mel nos Municípios;</p> <p>2.5. Buscar parceria com outras cooperativas de mel para intercâmbios de experiências e troca de saberes</p> <p>2.6. Criar estratégias para inserção da produção de mel no mercado convencional e institucional da região.</p>	<p>2.1. Contratar 15 técnicos especializados para orientação, assessoria e consultoria técnica no TI;</p> <p>2.2.1. Oferecer assistência técnica especializada aos apicultores do TI</p> <p>2.2.2. Qualificar os apicultores do TI produtores de mel agroecológico adotando novas técnicas de produção, beneficiamento e comercialização de mel agroecológico;</p> <p>2.3. Criar 01 Cooperativa com equipamentos para beneficiamento de mel.</p> <p>2.4. Implantar 15 Unidades de recolhimento e beneficiamento do Mel nos municípios do TI;</p> <p>2.5. Comercializar 100% da Produção de mel agroecológico no TI no mercado local, regional e estadual.</p> <p>2.6. Ter parcerias com 15 prefeituras do TI para comercialização da produção de mel agroecológico.</p>	
3.1 Organizar Arranjo Produtivo	3.1. Contratar técnicos	3.1. Oferecer assistência	

<p>Territorial de produção animal (APT) para o TI Bacia do Jacuípe.</p>	<p>especializados para orientação, assessoria e consultoria técnica para os bovinocultores, voltada ao processo de manejo, abate, beneficiamento e comercialização de alimento (carne);</p> <p>3.1.1 Contratar técnicos especializados para orientação, assessoria e consultoria técnica para os avicultores, voltada ao processo de manejo, abate, beneficiamento e comercialização de alimento (ave);</p> <p>3.1.2 Contratar técnicos especializados para orientação, assessoria e consultoria técnica para os suinocultores voltada ao processo de manejo, abate, beneficiamento e comercialização de alimento (carne);</p> <p>3.1.3 Contratar técnicos especializados para orientação, assessoria e consultoria técnica para os caprinos-ovinocultores voltada ao processo de manejo, abate, beneficiamento e comercialização de alimento (carne);</p> <p>3.1.4. Elaborar uma política regional de inserção da produção de carne no mercado convencional e institucional (PNAE e PAA) da região.</p> <p>3.1.5 Buscar parceria com poderes públicos e empresas do mercado regional e estadual para comercialização da produção de aves e caprino-ovinos.</p>	<p>3.2 Implantar nos</p>	<p>técnica especializada aos bovinocultores, do TI voltada ao processo de manejo, abate, beneficiamento e comercialização de alimento;</p> <p>3.1.1. Oferecer assistência técnica especializada aos avicultores do TI voltada ao processo de manejo, abate, beneficiamento e comercialização de alimento; voltada ao processo de manejo, abate, beneficiamento e comercialização de alimento;</p> <p>3.1. Oferecer assistência especializada aos suinocultores do TI voltada ao processo de manejo, abate, beneficiamento e comercialização de alimento;</p> <p>3.1.3. Oferecer assistência técnica especializada aos caprio-ovinocultores do TI voltada ao processo de manejo, abate, beneficiamento e comercialização de alimento;</p> <p>3.1.4. Ter aprovado pelo CODETER a política regional de inserção da produção de carne no mercado convencional e institucional (PNAE e PAA) da região.</p> <p>3.1.5. Comercializar 100% da Produção dos avicultores e caprinos-ovinocultores do TI, no mercado regional e estadual;</p> <p>3.2. Implantar 15</p>
<p>3.2. Melhorar o beneficiamento</p>	<p>3.2</p>	<p>Implantar nos</p>	<p>3.2. Implantar 15</p>

	e a distribuição de “frango caipira”;	municípios de TI unidades de beneficiamento e distribuição de frango caipira.	unidades de beneficiamento e distribuição de “frango caipira” nos municípios do TI.
	4. Fortalecer e ampliar as atividades de piscicultura e pesca artesanal no território.	<p>4.1. Distribuir alevinos adaptados ao semiárido;</p> <p>4.2. Qualificar os pescadores e piscicultores para o manejo adequado, beneficiamento e comercialização;</p> <p>4.3. Elaborar uma política de potencialização da piscicultura do território.</p>	<p>4.1. Distribuir 100 alevinos por Unidade Produtiva do TI.</p> <p>4.2. Qualificar 100% dos piscicultores do TI para adotar práticas adequadas de manejo, beneficiamento e comercialização.</p> <p>4.3. Ter aprovado pelo CODETER o Plano de potencialização da piscicultura do TI</p>
	5. Organizar Arranjo Produtivo Territorial da Mandioca (APT) para o TI Bacia do Jacuípe.	<p>5.1. Contratar técnicos especializados para orientação, assessoria e consultoria técnica para os produtores de mandioca voltada ao processo de manejo, beneficiamento e comercialização dos produtos da mandioca;</p> <p>5.2. Qualificar os produtores e mandioca para adoção das técnicas de manejo, beneficiamento e comercialização dos produtos de mandioca;</p> <p>5.3. Elaborar uma política regional de inserção dos produtos da mandioca no mercado convencional e institucional da região.</p>	<p>5.1. Ter 100% dos produtores de mandioca do TI com acesso a assistência técnica especializada voltada ao processo de manejo, beneficiamento e comercialização de produtos da mandioca;</p> <p>5.2. Ter 100% dos produtores de mandioca do TI adotando técnicas adequadas de manejo, beneficiamento e comercialização dos produtos da mandioca;</p> <p>5.3. Ter 100% dos produtos e subprodutos da mandioca do TI, negociando e comercializando no mercado regional;</p> <p>5.3.1. Implantar 15 unidades demonstrativas de mandioca com variedades adaptadas implantadas no TI;</p> <p>5.3.2. Ter 100% das unidades de beneficiamento do TI</p>

			<p>revitalizadas;</p> <p>5.3.3. Ter 15 bancos de sementes implantados no TI;</p> <p>5.3.4. Ter 100% das áreas produtivas de mandioca no TI ampliadas.</p>
	6. Criar mecanismos de preservação das culturas de licurizeiros e umbuzeiros garantindo uma fonte de renda para as famílias extrativistas.	6.1. Preservar as culturas de licurizeiros e umbuzeiros.	6.1. Ter 100% dos licurizeiros e umbuzeiros preservados e áreas revitalizadas.
	7. Viabilizar o acesso às políticas de convivência com o semiárido para as famílias não beneficiadas.	<p>7.1. Mapear as famílias carentes que ainda não foram contempladas com as ações estratégicas de convivência com o semiárido.</p> <p>7.2. Incentivar a adoção de práticas de produção de alimentos agroecológicos;</p> <p>7.3. Aumentar a capacidade de captação, armazenamento e conservação de água do território.</p>	<p>7.1. Ter 100% das famílias carentes do TI contempladas com as ações estratégicas de convivência com o semiárido;</p> <p>7.2. Ter 100% das políticas de convivência do semiárido disseminadas no TI.</p> <p>7.3. Beneficiar, no TI, 100% das famílias carentes com estruturas de captação, armazenamento e conservação de água.</p>
	8. Articular agentes financeiros, agricultores familiares e microempreendedores para debater proposta de acesso ao crédito orientado.	8.1. Mobilizar agricultores familiares e microempreendedores para conhecimento das políticas setoriais de financiamento e discutir proposta de acesso ao crédito orientado.	<p>8.1. Cadastrar 100% dos agricultores familiares e empreendedores.</p> <p>8.2. Informar 100% dos agricultores familiares e microempreendedores sobre o acesso às políticas de financiamento setorial. Como isto será feito é a meta.</p>
	9. Viabilizar o acesso às políticas de habitação social para as famílias não beneficiadas (Minha Casa, Minha Vida).	9.1. Mapear as famílias carentes que ainda não foram contempladas com as políticas de habitação social (Minha Casa, Minha Vida).	<p>9.1.1. Realizar censo das famílias carentes que ainda não foram contempladas com as políticas de habitação social no TI.</p> <p>9.1.2. Ter 100% das famílias carentes do TI contempladas com as políticas de habitação</p>

			social (Minha Casa, Minha Vida).
	10. Debater políticas de apoio técnico-financeira à cultura do sisal na região.	10.1. Articular produtores de sisal, organizações sindicais, empresas de assessoria técnica e agente financeiro para debater um plano regional de apoio técnico-financeiro à cultura do sisal na região.	10.1. Ter aprovado pelo CODETER 01 Plano de apoio técnico-financeiro à cultura do sisal na região.
	11.1. Construir um plano de apoio técnico-financeiro voltado ao fortalecimento da agricultura familiar regional.	11.1. Articular organizações sindicais, poderes públicos, agricultores familiares e agentes financeiros para construção do plano de apoio técnico-financeiro voltado ao fortalecimento da agricultura familiar regional.	11.1. Ter aprovado pelo CODETER 01 Plano de apoio técnico-financeiro à agricultura familiar regional
	11.2. Elaborar plano de ATER territorial.	11.2. Mobilizar os diversos atores regionais para elaboração do Plano de ATER Territorial.	11.2. Ter aprovado pelo CODETER 01 Plano de ATER territorial com concepção e metodologia unificada.
	12.1. Promover ações de apoio aos empreendimentos produtivos de mulheres, para melhoria da gestão e geração de renda;	12.1. Qualificar mulheres dos grupos produtivos para adoção de técnicas de gestão, com vistas a ampliação da renda;	12.1. Ter 100% das mulheres dos grupos produtivos do TI adotando técnicas de gestão solidária.
	12.2. Sensibilizar as mulheres para implantação dos conselhos municipais de mulheres nos municípios.	12.2. Capacitar as mulheres para implantação dos conselhos municipais.	12.2.1. Ter 15 conselhos municipais de mulheres implantados. 12.2.2. Ter 30 mulheres (titulares e suplentes) dos municípios do TI representadas nos Conselhos Municipais de Mulheres
	13. Identificar as famílias em vulnerabilidade social para acesso a programas de inclusão socioprodutiva.	13.1. Levantar famílias em condições de vulnerabilidade social, para acesso às políticas públicas socioprodutivas.	13.1. Realizar censo das famílias em vulnerabilidade social, para acesso às políticas públicas socioprodutivas no TI. 13.2. Ter 100% das famílias cadastradas inseridas nas políticas socioprodutivas do TI.
Estrutura Fundiária e Acesso a Terra	14.1. Debater políticas de apoio ao acesso à terra na região.	14.1. Articular organizações sindicais, poderes públicos e agricultores familiares sem terra para debater políticas de apoio ao acesso à terra na	14.1. Ter aprovado pelo CODETER a Política de apoio ao acesso à terra.

	14.2. Identificar as famílias carentes de acesso a terra.	região; 14.2. Levantar famílias e áreas para reforma agrária no território. 14.2.2. Mapear nos 15 Municípios Áreas passíveis de reforma agrária identificadas no território.	14.2.1. Realizar censo das famílias do TI em situação de vulnerabilidade social para acesso às políticas públicas socioproductivas realizado. 14.2.2. Ter as famílias sem terra cadastradas e organizadas participando do processo de assentamento no TI.
Formação Cidadã e Organização Social	15. Empoderar representantes populares (jovens, mulheres, sindicalistas) para elaboração e gestão de projetos sociais com foco em cidadania e políticas públicas.	15.1. Realizar oficinas de formação de lideranças populares para elaboração e gestão de projetos sociais. 15.2. Capacitar dirigentes sindicais para atuação cidadã e participação nas políticas públicas.	15.1. Implantar 15 núcleos de agentes locais de elaboração e gestão de projetos sociais. 15.2. Ter lideranças sindicais capacitadas interferindo e participando no poder público local;
	16. Formular a política territorial de esporte cultura e lazer, com foco na valorização das experiências da região.	16.1. Elaborar o plano territorial de esporte, cultura e lazer; 16.2. Subsidiar as secretarias municipais para elaboração e gestão dos planos municipais de esporte, cultura e lazer.	16.1. Ter aprovado pelo CODETER o Plano territorial 16.2. Ter 15 dirigentes capacitados para elaboração e gestão dos planos municipais.
	17. Sensibilizar as secretarias municipais de educação para adoção do plano territorial de educação contextualizada;	17.1. Articular e mobilizar gestores municipais para negociar a implantação do plano de educação contextualizado. 17.2. Sensibilizar as lideranças populares para fomentar a aplicação da proposta de educação contextualizada nas escolas municipais.	17.1. Ter 15 secretarias municipais de educação implementando o plano territorial do TI de educação contextualizada. 17.2. Ter os Módulos Temáticos da Câmara Técnica de Educação do território aplicado nas escolas municipais do TI;
	18. Revitalizar os três centros de qualificação técnico-profissional do território com vista à formação de jovens e adultos para inserção no mercado de trabalho.	18. Mobilizar e articular jovens e adultos dos municípios para maior participação nos cursos ofertados.	18.1. Ter os três Centros de Qualificação Técnico-Profissional revitalizados formando jovens e adultos para inserção no mercado de trabalho. 18.2. Realizar encontro de jovens para formação do Coletivo Municipal Jovem

			Cidadão.
	19. Desenvolver ações voltadas ao acesso ao ensino superior e pós-graduação;	19.1. Implantar cursos pré-vestibular nos municípios para incentivar o acesso a universidade; 19.2. Articular as IES Públicas para ampliação dos cursos de graduação e pós-graduação na modalidade EAD e presencial no território.	19.1. Ter 15 cursos de pré-vestibular público implantados nos municípios preparando jovens e adultos para ingresso ao ensino superior; 19.2. Ter parcerias articuladas ofertando Cursos de Graduação e Pós-graduação pelas IES Estaduais.
	20. Mobilizar as instituições públicas para efetivação da política de enfrentamento a violência doméstica e familiar contra a mulher.	20.1. Revitalizar o Centro de Especialização de Atendimento a Mulher; 20.2. Sensibilizar os agentes públicos local e regional para implantação das políticas públicas de enfrentamento da violência contra a mulher no TI; 20.3. Mobilizar e articular as organizações populares do território para efetivação da política de enfrentamento à violência contra a mulher.	20.1. Revitalizar o Centro de Especialização de Atendimento a Mulher. 20.2. Articular a Rede de Atendimento as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar do TI. 20.3. Realizar seminário municipal com as organizações populares para traçar plano de apoio à luta das mulheres contra violência doméstica.
Infraestrutura e Serviços Públicos	21. Implantar um hospital territorial de média complexidade para o atendimento das demandas territoriais.	21.1. Mobilizar e articular as instituições sociais e públicas para debater sobre a necessidade de implantação de unidade de atendimento de média complexidade; 21.2. Sensibilizar parlamentares e prefeitos para apoio à implantação da unidade. 21.3. Emendas parlamentares empenhadas para implantação da unidade. 21.3. Negociar com os parlamentares baianos (deputados estaduais e federais e senadores) a indicação de emendas para implantação de 01 hospital regional no TI.	21.1. Realizar conferência municipal para tratar da necessidade de implantação de unidade de atendimento de média complexidade 21.2. Implantar 01 hospital regional de média complexidade implantado no TI.
	22. Mobilizar as entidades para implantação das políticas de	22. Mobilizar e articular as organizações populares para	22.1. Realizar conferência municipal para tratar da

	assistência social nos municípios.	implantação dos CRAS, CREAS e CAPS.	necessidade de implantação de unidade de atendimento de média complexidade; 22.2. Implantar 01 CRAS em cada município do TI; 22.3 Implantar 01 CREAS em cada município do TI; 22.4 Implantar 01 CAPS em cada município do TI.
	23. Realizar estudos técnicos sobre as possibilidades de vias de integração e acesso às diferentes regiões do território.	23. Articular parcerias para a realização do estudo técnico das vias de integração com a SEPLAN e SEINFRA.	23. Ter 01 estudo de viabilidade técnica para as vias de integração e acesso das diferentes regiões do TI elaborado e subsidiando a luta pela efetivação.

Capítulo 04 - Gestão, Acompanhamento e Monitoramento do PTDSS.

No processo de gestão do PTDS construído anteriormente e agora também das ações previstas nesta versão atualizada, dois grandes desafios permanecem: a necessidade de uma abordagem que contemple simultaneamente a gestão executiva e social do PTDSS.

E por se tratar de proposta estratégica de intervenção técnico-social de âmbito territorial, ganha extrema relevância a existência de espaços políticos regionais plurais e diversos, absolutamente legítimos, porque criados autonomamente pelas várias representações políticas e sociais.

Nesse sentido, faz-se necessário a reafirmação de alguns instrumentos institucionais de definição política, gestão, planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação do conjunto das ações setoriais previstas no Plano do TI. Para tanto, foram criados até então os seguintes espaços políticos fundamentais à dinâmica de funcionamento da política territorial de desenvolvimento sustentável e solidário:

- a) O Conselho do CODETER, instância máxima, plural, composto pelas representações do poder público e sociedade civil existente e em atuação nos 15 municípios da região, cuja representação institucional regional é escolhida respeitando o processo democrático e participativo;
- b) O CODETER, como instância política ampliada, voltado ao debate político e temático das demandas, programa e projetos propostos e diretamente relacionados ao conjunto dos municípios que integram o TI;
- c) As Câmaras Temáticas responsáveis pela discussão, formulação de políticas, programas e projetos setoriais, mas também para execução e orientação técnica das ações propostas.

Cabe, no entanto, apontar a necessidade de criação de novos espaços locais de natureza técnica e política para cogestão e viabilização do conjunto das ações previstas

regionalmente. Por conta das necessidades específicas, também serão formadas as Equipes Técnicas locais para serem capacitadas nas metodologias de planejamento estratégico e de elaboração e gestão de projetos sociais. A proposta visa dotar a política territorial de suporte técnico básico, considerado fundamental ao processo de operacionalização de algumas ações complementares ao PTDSS na esfera municipal.

Tem-se como perspectiva, com o novo desenho político de gestão territorial aqui proposto, melhorar consideravelmente os graus de eficiência e eficácia na execução das ações, mas também na verificação minudente dos resultados alcançados e seus impactos, tendo em vista ainda o cumprimento das diversas metas.

Lembramos ainda, que desde o PTDS em 2010 dois instrumentos de possível mensuração de eficácia e validação das ações previstas no Plano foram criados e que mais uma vez são aqui reafirmados: o Índice de Condição de Vida (ICV) e Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).

Na ideia original pretende-se que os mesmos constituam-se em referências efetivas de análise quanto à melhoria das condições de vida da população e também do processo de desenvolvimento territorial sustentável. Para tanto, e pela devida complexidade requerida, são fundamentais as parcerias já existentes das instituições acadêmicas atuantes no TI, como a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), a Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Apesar, desse processo de gestão descrito, do papel estratégico do Colegiado Territorial para articulação do conjunto das ações do PTDSS, outras estruturas complementares e inter-relacionadas, quando necessárias, também poderão vir a serem criadas, a exemplo de Câmaras Temáticas, comitês, núcleos, dentre outros, de modo a também poderem contribuir para o alcance dos objetivos, das metas previstas.

A concepção de gestão aqui exposta contempla ainda pelo menos dois pressupostos fundamentais e necessários a qualquer processo social de mudança da realidade: a) o planejamento como instrumento orientador das ações anteriormente definidas de forma democrática e participativa; b) os atores políticos atuando com liberdade e autonomia para assegurar o pleno exercício de controle social e da cidadania política na perspectiva da construção de nova cultura política local e territorial.

Dito isto, cabe ainda indicar alguns elementos constitutivos da concepção de acompanhamento e monitoramento participativo do conjunto das ações previstas no PTDSS e que subjaz a gestão, tendo em vista tratar-se de propostas voltadas à resolução das diversas demandas setoriais do TI. Isso, para que as ações apenas pensadas possam ser realizadas de forma racionalizada, com a definição concreta das atividades a serem priorizadas anualmente, com custo, prazo, responsáveis, metas, resultados esperados e impactos. E, sobretudo para que haja um recorrente trabalho de acompanhamento e monitoramento crítico entre o planejado (idealidade) e o executado, possibilitando, assim, que as diversas ações possam ser permanentemente ajustadas à dinâmica da realidade, do dia-a-dia institucional e social do território.

Na estratégia de gestão do PTDSS, concebido como instrumento de planejamento do desenvolvimento territorial, haverá um detalhamento operacional anual, visando o estabelecimento das ações prioritárias, bem como a eficácia e eficiência. Visto que o plano contempla um conjunto de ações para serem executadas em longo prazo, em 08 anos.

O desafio concreto à realização do Plano, portanto, consiste no estabelecimento de uma estratégia de operacionalização dos objetivos, estratégias e metas previstos, bem como na definição dos instrumentos reais de execução. Dessa forma, faz parte do processo de gestão ora proposto os seguintes instrumentos:

- a) Plano de Monitoramento e Avaliação do PTDSS;
- b) Planejamento Operacional Anual, priorizando objetivos, estratégias e metas previstas, mas também acrescentando as atividades setoriais voltadas à concretização, contendo custos, prazos, responsáveis, resultados esperados, impactos, indicadores, etc.;
- c) Agenda regular de acompanhamento das ações do Planejamento Operacional;
- d) Cadastro de nomes para formação das 15 Equipes Técnicas locais que serão capacitadas nas técnicas de planejamento estratégico e de elaboração e gestão de projetos para subsidiarem as instituições municipais na formulação de propostas de intervenção social, captação e gestão de recursos;
- e) Agenda regular de reuniões do Conselho do CODES, do Fórum Territorial, do Colegiado Territorial e dos Grupos de Trabalhos (GT) para monitoramento e avaliação do PTDSS;
- f) Sistema de Gestão Estratégico (SGE) para cadastramento, registro e controle das ações planejadas;
- g) Comissões Municipais para o debate, o planejamento, a avaliação e o monitoramento das ações que serão executadas no nível local;
- h) Busca Ativa de famílias para inserção nas políticas públicas setoriais (convivência com o semiárido; habitação social; alevinos adaptados ao semiárido; reforma agrária; vulnerabilidade social);
- i) Intercâmbio de experiências para troca de saberes sobre forma de organização, funcionamento e gestão de empreendimentos cooperativos, parceria, criação de cooperativa regional para beneficiamento e comercialização de mel agroecológico e implantação de Postos de Recolhimento da Produção de mel nos Municípios;



Figura 5: Ricardo Sena

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. O futuro das Regiões Rurais. Porto Alegre, Editora UFRS, 2003;
- Agência Nacional de Águas (Brasil). Panorama da qualidade das águas superficiais no Brasil / Agência Nacional de Águas, Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos. - Brasília :ANA, SPR, 2005.
- CAMPELLO, Lukaset al. O Perfil Financeiro dos Municípios do Semiárido Baiano: análise do período 2000-2005. In: Bahia Análise & Dados. Semiárido Baiano: desafios e perspectivas. Vol. 8, jul-set, Salvador, SEI, 2008;
- CAVALCANTI, Clovis (Org). Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo, Cortez, 1995;
- CARVALHO, F. F. de. Da Esperança à Crise: a experiência das políticas regionais do Nordeste. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, 2001;
- CASTRO, Josué de. Geografia da Fome. São Paulo, Brasiliense, 1969;
- _____. Geopolítica da Fome. São Paulo, Brasiliense, 1969;
- Comissão Pastoral da Terra. Espinhoso caminho para a Liberdade: conflitos no campo. Goiânia, Relatório da 8ª. Assembléia Regional da CPT, 1991;
- DUAILIBI, Miriam. O mundo que queremos, é um mundo possível? In: Medeiros, Heitor, Sato, Michele (org.) Revista Brasileira de Educação Ambiental. N.1 (Nov.2004, p. 120-122);
- FEITOSA, Antonio Carvalho. Desenvolvimento Sustentável na Região de Paulo Afonso. In: Bahia, Análise & Dados; semiárido baiano - desafio e perspectivas. Salvador, CEI/SEPLAN, 2008;
- GUIMARÃES, Duque. O Nordeste e as lavouras xerófilas. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 2004;
- HAWKEN, Lovins&Lovins. Capitalismo natural: criando a próxima revolução industrial- 13ª Ed. São Paulo: Cultrisc, 2004;
- IBAMA /MMA. Agenda 21. Brasília, MMA, 2000;
- IBGE. Indicadores Sociodemográficos e de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 2009;
- _____. Censo Agropecuário 1995-1996; Bahia, nº 15. Rio de Janeiro, 2006;
- _____. Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro, IBGE, 2001;
- LEFF, Enrique. Ecologia, Capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau. Ed. Da FURB, 2000;
- MAIA, Gerda Nickel: Caatinga: arvores e arbustos e suas utilidades, 2004, 413 p.;
- PEREIRA, José Matias. Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil. Vol. 3. São Paulo, Atlas, 2006;

MAJOR, István et al. Aves da caatinga - Birds of the caatinga. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. Associação Caatinga, 2004;

Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Recursos Hídricos. Plano Nacional de Recursos Hídricos - Resumo Executivo. Brasília, MMA, 2008;

NASCIMENTO, Humberto Miranda do. Desenvolvimento Territorial no Semiárido baiano: qual a estratégia? In: Bahia Análise & Dados. Semiárido Baiano: desafios e perspectivas. Vol. 8, jul-set, Salvador, SEI, 2008;

PEDRÃO, Fernando. Rever o Semiárido. In: Bahia Análise & Dados. Semiárido Baiano: desafios e perspectivas. Vol. 8, jul-set, Salvador, SEI, 2008;

PEREIRA, Sidclay Cordeiro et al. Plantas Úteis do Nordeste do Brasil. Recife: Centro Nordestino de Informações sobre Plantas (CNIP), Associação Plantas do Nordeste (APNE), 2003;

Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável. 2010.

SACHS, Ignacy. A Terceira Margem: em busca do ecodesenvolvimento. Cia. Editora das Letras, São Paulo, 2009;

SAMPAIO, E.V.S.B. et al. (eds.). Vegetação e Flora da Caatinga - Contribuição ao Workshop Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade do Bioma Caatinga, em Petrolina, 5/2000. Recife: Associação Plantas do Nordeste (APNE), Centro Nordestino de Informações sobre Plantas (CNIP), 2002;

SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. Reflexões sobre o processo histórico de subdesenvolvimento econômico do semiárido baiano. In: Bahia Análise & Dados. Semiárido Baiano: desafios e perspectivas. Vol. 8, jul-set, Salvador, SEI, 2008;

SEI. Bahia Análise & Dados. Semiárido Baiano: desafios e perspectivas. Vol. 8, julset, Salvador, SEI, 2008;

_____. Perfil Financeiro dos Municípios Baianos 2001-2006. Vol. 6, Salvador, SEI, 2009;

STEINBERGER, M. Território e Políticas Públicas Espaciais. Brasília, Paralelo 15, LGE, 2006;

TEIXEIRA, Elenaldo Celso (Org). Sociedade Civil na Bahia; o papel político das organizações. Salvador, EDUFBA, 2008;

<http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/ZONEAMENTO-ECOLOGICO-ECONOMICO-ZEE/1123.00-Characterizacao-dos-TIs.pdf>

BAHIA. Zoneamento Ecológico-Econômico Preliminar. Disponível em <<http://www.zee.ba.gov.br/zee/index.php>> Acessado em 12/06/2017.

Anexos

Anexos I: Dados e Estatísticas do Território:

Quadro I - Taxa de crescimento geométrico anual da população total, urbana e rural, segundo municípios do Território de Identidade Bacia do Jacuípe, Bahia, 1991, 2000 e 2010.

UF/ Território/ Município	2005			2013		
	Estadual (Escolas Públicas Urbanas)	Municipal (Escolas urbanas da rede estadual)	Público (Escolas urbanas da rede municipal)	Estadual (Escolas Públicas Urbanas)	Municipal (Escolas urbanas da rede estadual)	Público (Escolas urbanas da rede municipal)
Baixa Grande	-0,6	1,8	-1,7	-0,2	1,6	4,2
Capela do Alto Alegre	-4,0	3,2	-6,7	-0,3	2,1	4,6
Capim Grosso	2,2	4,1	-1,9	1,1	2,0	16,0
Gavião	-4,3	-2,0	-6,0	-0,5	1,4	5,8
Ipirá	-0,2	2,9	-1,7	-0,4	2,2	4,4
Mairi	-0,4	3,6	-3,0	-0,4	1,5	6,3
Nova Fátima	-3,6	2,8	-8,7	0,1	1,3	9,4
Pé de Serra	-2,6	1,1	-3,8	0,2	2,3	3,9
Pintadas	0,6	6,6	-1,9	-0,5	3,7	4,2
Quixabeira	-4,2	1,6	-6,2	0,1	1,6	4,2
Riachão do Jacuípe	-1,9	0,8	-4,0	0,5	2,5	7,5
São José do Jacuípe	-4,6	10,9	-12,7	1,0	2,1	11,2
Serra Preta	0,0	34,3	-4,0	-1,4	2,0	2,5
Várzea da Roça	0,2	4,5	-2,2	0,1	1,0	5,9
Várzea do Poço	-2,7	1,2	-7,2	1,4	2,0	12,1

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Resultados da amostra. Cálculos da SEI.

Quadro II - DIMENSÃO TERRITORIAL E DENSIDADE POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS.

Município

Município	Área (Km ²) em 2015	População 2010	População Estimada para 2016
Baixa Grande	946,646	20.060	21.393
Capela do Alto Alegre	649,431	21.203	11.527
Capim Grosso	334,418	26.577	31.181

Gavião	369,878	4.561	4.740
Ipirá	3.060,263	59.343	62.697
Mairi	952,600	19.326	19.736
Nova Fátima	349,897	7.602	8.101
Pé de Serra	616,193	13.752	14.229
Pintadas	545,590	10.342	11.036
Quixabeira	387,677	9.554	9.414
Riachão do Jacuípe	1.190,215	33.172	34.715
São José do Jacuípe	402,431	10.180	10.735
Serra Preta	536,488	15.401	16.171
Várzea da Roça	513,918	13.786	14.632
Várzea do Poço	204,914	8.661	9.404
TOTAL/MÉDIA	737,333	18.234	18.647

Tabela 1: IBGE 2017

Quadro III - Número de assentamentos e famílias assentadas¹, segundo os municípios do Território de Identidade Bacia do Jacuípe, Bahia.

UF/Território/Município	Nº de Assentamentos	de Capacidade	Famílias Assentadas
Baixa Grande	0	0	0
Capela do Alto Alegre	0	0	0
Capim Grosso	0	0	0
Gavião	0	0	0
Ipirá	5	374	317
Mairi	0	0	0
Nova Fátima	0	0	0
Pé de Serra	1	14	13
Pintadas	0	0	0
Quixabeira	0	0	0
Riachão do Jacuípe	0	0	0
São José do Jacuípe	0	0	0
Serra Preta	0	0	0
Várzea da Roça	0	0	0
Várzea do Poço	0	0	0
Total Bacia do Jacuípe:	6	388	330
Total Bahia:	684	58.381	49.128

Fonte: INCRA, Assentamentos realizados entre os anos de 1986 a 2014.

Quadro IV - Pessoas extremamente pobres, segundo municípios do Território de Identidade Bacia do Jacuípe, Bahia, em 2010.

UF/Território/Município	População total	População extremamente pobre	% da população extremamente pobre
Baixa Grande	20.060	5.191	25,9

Capela do Alto Alegre	11.527	1.963	17,0
Capim Grosso	26.577	3.517	13,2
Gavião	4.561	577	12,7
Ipirá	59.343	12.364	20,8
Mairi	19.326	3.357	17,4
Nova Fátima	7.602	895	11,8
Pé de Serra	13.752	2.510	18,3
Pintadas	10.342	1.858	18,0
Quixabeira	9.554	2.390	25,0
Riachão do Jacuípe	33.172	4.164	12,6
São José do Jacuípe	10.180	1.554	15,3
Serra Preta	15.401	3.778	24,5
Várzea da Roça	13.786	3.485	25,3
Várzea do Poço	8.661	1.745	20,2
Total Bacia do Jacuípe:	263.844	49.349	15,0
Total Bahia:	14.016,906	2.101,989	18,7

Quadro V - Taxa de analfabetismo, segundo os municípios do Território de Identidade Bacia do Jacuípe, Bahia, 2000 e 2010.

UF / Território / Município	2000	2010
Baixa Grande	31,1	23,4
Capela do Alto Alegre	35,6	27,4
Capim Grosso	27,9	19,3
Gavião	25,8	24,4
Ipirá	34,3	27,6
Mairi	30,0	24,4
Nova Fátima	26,4	22,5
Pé de Serra	25,3	23,8
Pintadas	29,6	25,0
Quixabeira	30,6	30,2
Riachão do Jacuípe	23,4	17,0
São José do Jacuípe	34,4	29,1
Serra Preta	32,6	25,6
Várzea da Roça	33,7	28,6
Várzea do Poço	26,0	22,9
Total Bacia do Jacuípe:	30,3	24,3
Total Bahia:	22,1	16,3

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Resultados da Amostra. Cálculos da SEI.

Quadro VI - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do ensino fundamental, séries iniciais, segundo municípios do Território de Identidade Bacia do Jacuípe, Bahia, 2005 a 2013.

UF/ Território/ Município	2005			2013		
	Estadual (Escolas Públicas Urbanas)	Municipal (Escolas urbanas da rede estadual)	Público (Escolas urbanas da rede municipal)	Estadual (Escolas Públicas Urbanas)	Municipal (Escolas urbanas da rede estadual)	Público (Escolas urbanas da rede municipal)
Baixa Grande	2,8	1,8	2,2	3,5	3,5	3,5
Capela do Alto						
Alegre	-	2,9	2,9	4,3	4,3	4,3
Capim Grosso	-	2,5	2,5	3,8	3,8	3,8
Gavião	-	3,4	3,4	3,9	3,9	3,9
Ipirá	-	2,3	2,3	3,9	3,9	3,9
Mairi	-	2,2	2,2	4,1	4,1	4,1
Nova Fátima	-	2,9	2,9	4,4	4,4	4,4
Pé de Serra	-	2,8	2,8	4,3	4,3	4,3
Pintadas	-	3,2	3,2	4,3	4,3	4,3
Quixabeira	-	2,4	2,4	4	4	4
Riachão do Jacuípe	2,5	2,9	3	3,5	3,5	3,5
São José do Jacuípe	-	2,6	2,6	4	4	4
Serra Preta	1,5	2,4	2,4	3,4	3,4	3,4
Várzea da Roça	3,3	2,1	2,3	3,5	3,5	3,5
Várzea do Poço	-	-	-	3,6	3,6	3,6

Fonte: MEC-Inep.

Quadro VII - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do ensino fundamental, séries finais, segundo municípios do Território de Identidade Bacia do Jacuípe, Bahia, 2005 a 2013.

UF/ Território/ Município	2005			2013		
	Estadual (Escolas Públicas Urbanas)	Municipal (Escolas urbanas da rede estadual)	Público (Escolas urbanas da rede municipal)	Estadual (Escolas Públicas Urbanas)	Municipal (Escolas urbanas da rede estadual)	Público (Escolas urbanas da rede municipal)
Baixa Grande	2,5	2,3	2,4	2,6	2,6	2,6
Capela do Alto						
Alegre	3,5	2,8	3	4,2	4,2	4,2
Capim	3,4	2,0	2,4	2,7	2,7	2,7

Grosso						
Gavião	-	3,1	3,1	3,8	3,8	3,8
Ipirá	2,7	-	2,5	3	3	3
Mairi	-	-	0	3	3	3
Nova						
Fátima	3,1	3,1	3,1	2,8	2,8	2,8
Pé de Serra	-	3,3	3,4	3,4	3,4	3,4
Pintadas	3,7	3,2	3,3	2,7	2,7	2,7
Quixabeira	-	2,2	2,3	3,3	3,3	3,3
Riachão do						
Jacuípe	2,6	2,7	2,6	3,1	3,1	3,1
São José do Jacuípe						
São José do Jacuípe	-	2,7	2,7	2,2	2,2	2,2
Serra Preta	2,8	2,1	2,5	2,6	2,6	2,6
Várzea da						
Roça	-	1,6	1,6	2,7	2,7	2,7
Várzea do						
Poço	1,8	1,9	1,8	2,7	2,7	2,7

Fonte: MEC-Inep.

Quadro VIII - Taxa de mortalidade infantil, por mil nascidos vivos, segundo os municípios do Território de Identidade Bacia do Jacuípe, Bahia, 2010 a 2015.

UF/Território/ Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Baixa Grande	12,9	7,3	17,4	8,4	8,9	9,7
Capela do Alto						
Alegre	..	26,1	10,1	10,6	10,2	..
Capim Grosso	16,9	6,4	15,6	12,3	15,6	14,7
Gavião	..	30,8	35,7	20,4
Ipirá	6,2	12,5	28,2	17,1	14,0	9,9
Mairi	7,6	16,4	31,7	23,8	10,1	20,5
Nova Fátima	..	11,9	..	10,2
Pé de Serra	11,1	6,2	23,8	27,4	..	11,8
Pintadas	..	8,5	11,0	..
Quixabeira	10,9	8,1	8,6
Riachão do						
Jacuípe	21,4	16,7	16,3	15,4	12,8	7,6
São José do						
Jacuípe	13,9	17,5	..	19,4	17,1	..
Serra Preta	4,9	10,2	33,0	5,8	13,9	25,8
Várzea da Roça	..	6,4	8,2	7,9	21,4	14,3
Várzea do Poço	28,6	15,6	8,3	24,4	23,5	10,5
Total Bacia do						
Jacuípe:	5,7	10,1	12,1	19,8	14,4	12,2

Fonte: DATASUS.

Anexo II: Tabela de Correspondência: Temas Estratégicos do PPA-P x Objetivos do PTDSS:

Temas Estratégicos do PPA-P Estadual	Objetivos do PTDSS (matriz do capítulo II)
I. Pobreza, inclusão socioprodutiva e mundo do trabalho.	<p>Articular agentes financeiros, agricultores familiares e microempreendedores para debater proposta de acesso ao crédito orientado;</p> <p>Viabilizar o acesso às políticas de habitação social para as famílias não beneficiadas (Minha Casa, Minha Vida);</p> <p>Debater políticas de apoio técnico-financeira à cultura do sisal na região;</p> <p>Construir um plano de apoio técnico-financeiro voltado ao fortalecimento da agricultura familiar regional;</p> <p>Elaborar plano de ATER territorial;</p> <p>Revitalizar os três centros de qualificação técnico-profissional do território com vista à formação de jovens e adultos para inserção no mercado de trabalho.</p>
II. Desenvolvimento rural e agricultura familiar	<p>Organizar Arranjo Produtivo Territorial do Leite (APT) para o TI Bacia do Jacuípe;</p> <p>Oferecer aos apicultores assistência técnica especializada voltada à apicultura agroecológica com vistas ao beneficiamento e comercialização da produção;</p> <p>Organizar Arranjo Produtivo Territorial do Mel (APT) para o TI Bacia do Jacuípe;</p> <p>Organizar Arranjo Produtivo Territorial de produção animal (APT) para o TI Bacia do Jacuípe;</p> <p>Melhorar o beneficiamento e a distribuição de “frango caipira”;</p> <p>Fortalecer e ampliar as atividades de piscicultura e pesca artesanal no território;</p> <p>Organizar Arranjo Produtivo Territorial da Mandioca (APT) para o TI Bacia do Jacuípe;</p> <p>Criar mecanismos de preservação das culturas de licurizeiros e umbuzeiros garantindo uma fonte de renda para as</p>

	<p>famílias extrativistas;</p> <p>Viabilizar o acesso às políticas de convivência com o semiárido para as famílias não beneficiadas;</p> <p>Debater políticas de apoio ao acesso à terra na região;</p> <p>Identificar as famílias carentes de acesso a terra.</p>
III. Desenvolvimento urbano e rede de cidades	Realizar estudos técnicos sobre as possibilidades de vias de integração e acesso às diferentes regiões do território.
IV. Saúde e assistência social	<p>Implantar um hospital territorial de média complexidade para o atendimento das demandas territoriais;</p> <p>Mobilizar as entidades para implantação das políticas de assistência social nos municípios.</p>
V. Educação, conhecimento, cultura e esporte	<p>Formular a política territorial de esporte cultura e lazer, com foco na valorização das experiências da região;</p> <p>Sensibilizar as secretarias municipais de educação para adoção do plano territorial de educação contextualizada;</p> <p>Desenvolver ações voltadas ao acesso ao ensino superior e pós-graduação.</p>
VI. Segurança pública cidadã	
VII. Consolidação e diversificação da matriz produtiva estadual	
VIII. Infraestrutura para o desenvolvimento integrado e sustentável	
IX. Inserção competitiva e integração cooperativa e econômica nacional e internacional	
X. Meio ambiente segurança hídrica, economia verde e sustentabilidade.	
XI. Mulheres, gênero e diversidade.	<p>Promover ações de apoio aos empreendimentos produtivos de mulheres, para melhoria da gestão e geração de renda;</p> <p>Sensibilizar as mulheres para implantação dos conselhos municipais de mulheres nos municípios;</p> <p>Mobilizar as instituições públicas para efetivação da política de enfrentamento a violência doméstica e familiar contra a mulher.</p>
XII. Igualdade racial e identidades	

XIII. Geração, cidadania e direitos humanos.	Empoderar representantes populares (jovens, mulheres, sindicalistas) para elaboração e gestão de projetos sociais com foco em cidadania e políticas públicas.
XIV. Gestão governamental e governança socioeconômica	Identificar as famílias em vulnerabilidade social para acesso a programas de inclusão socioproductiva.